

6ª EDIÇÃO

Março 2025

MANUAL DE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DE INSTRUMENTOS ENTRE A FIOCRUZ E A FIOTEC





Ficha
|Técnica



Ministério da Saúde Fundação Oswaldo Cruz

Presidência

Mario Santos Moreira

Diretoror Executivo

Juliano de Carvalho Lima

Coordenação-Geral de Administração

Flávia Silva

Coordenação da 6ª Edição

Vanessa Costa e Silva

Fabio Rodrigues Lamim

Grupo responsável pela Revisão

Adriana Nascimento de Oliveira

Amanda Gomes

Bene Alexandre

Claudia Martins

Daniele Gomes Pereira

Eliana Cavalcanti

Lidiane Lima

Maria Aparecida Silva Ferreira

Natalia Salvador

Valeria Morgana Penzin Goulart

Yonara Silva

Capa, projeto gráfico e diagramação

Larissa Barreiro

Marcelo Ennes

Michel Antero



Sumário

1.	Referências normativas	08
2.	Fundação para o desenvolvimento científico e tecnológico em saúde - Fiotec	10
2.1.	Natureza jurídica.....	11
2.2.	Finalidade.....	11
2.3.	Estrutura para o apoio aos projetos.....	12
3.	Instrumentos jurídicos a serem formalizados com a Fiotec	13
4.	Instâncias e agentes responsáveis pelo relacionamento entre Fiocruz e Fiotec	15
4.1.	Unidade da Fiocruz.....	16
4.2.	Coordenação-Geral de Administração - Cogead.....	17
4.3.	Auditoria interna - Audin e Procuradoria Federal junto à Fiocruz - PF.....	17
4.4.	Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde - Fiotec.....	18
5.	Orientações jurídico-administrativas para o contrato de execução de atividades de apoio	20
5.1.	Da iniciação e procedimentos para contratação da Fiotec.....	21
5.2.	Fiscalização da execução do contrato Fiotec.....	24
5.3.	Forma e condições de pagamento.....	24
5.4.	Elaboração e formalização de aditivos e apostilamentos.....	25
5.5.	Rescisão contratual.....	27
5.6.	Prestação de contas final e encerramento de processo administrativo na Fiocruz.....	28
6.	Orientações jurídico-administrativas para o instrumento tripartite	30
6.1.	Iniciação e contratação.....	31
6.2.	Elaboração e formalização de aditivos e apostilamentos.....	33
6.3.	Da prestação de contas.....	34
6.4.	Encerramento administrativo.....	34
7.	Orientações jurídico-administrativas para autorização de captação e do gerenciamento de recursos financeiros	36
8.	Orientações jurídico-administrativas para prestação de serviços técnicos especializados (art 8º da Lei 10.973/2004)	39
8.1.	Orientação para prestação de serviços técnicos especializados.....	41
8.2.	Orientação para utilização do recurso arrecadado por meio da prestação de serviços técnicos especializados.....	44
8.3.	Orientação formalização de aditivos e apostilamentos.....	48



Sumário

9. Orientações jurídico-administrativas para arrecadação mediante produção e fornecimento de vacinas, medicamentos, e outros insumos e serviços para a saúde e apoio a projetos de pd&i com o recurso arrecadado.....	50
9.1. Orientação para arrecadação do recurso proveniente da produção e fornecimento de vacinas, medicamentos e outros insumos e serviços para a saúde.....	52
9.2. Orientação para utilização do recurso arrecadado proveniente da produção e fornecimento de vacinas, medicamentos, insumos e serviços de saúde.....	54
9.2.1 Prestação de contas do AEPI e encerramento do processo administrativo na Fiocruz.....	57
9.3. Elaboração e formalização de aditivos e apostilamentos.....	59
10. Orientações jurídico-administrativas para apoio a projetos com recurso arrecadado junto a agentes financiadores internacionais.....	60
10.1. Orientações gerais para o instrumento tripartite.....	61
10.2. Orientações gerais para o termo de autorização + contrato bipartite.....	63
10.3. Execução de projetos internacionais.....	65
10.4. Prestação de contas e encerramento do processo administrativo na Fiocruz.....	65
11. Orientações jurídico-administrativas sobre execução de projetos financiados com recursos designados pela Justiça Brasileira.....	67
11.1. Apresentação.....	68
11.2. Conceitos.....	68
11.3. Iniciação de projetos.....	71
11.3.1. Negociação/Captação.....	71
11.3.2. Elaboração de projetos e programas na Fiotec.....	71
11.3.3. Elaboração do instrumento entre as partes.....	72
11.3.4. Execução dos Projetos.....	72
11.3.5. Prestação de Contas Programas e Projetos.....	74
12. Orientação sobre possíveis saldos financeiros remanescentes após finalização dos projetos apoiados pela Fiotec.....	75
12.1. Saldos de projetos de contratação da Fiotec diretamente pela Fiocruz.....	76
12.2. Saldos de projetos com arrecadação direta de recursos pela Fiotec.....	76
13. Disposições Gerais.....	77
ANEXO 1 Orientações fundamentais para os coordenadores de contratos com a Fiotec.....	79
ANEXO 2 Orientações fundamentais para os fiscais de contratos com a Fiotec.....	84



Apresentação da
16^a Edição



A relação entre a Fiocruz e sua Fundação de Apoio, a Fiotec, tem sido fundamental para viabilizar e aprimorar a execução de projetos estratégicos voltados para a pesquisa, inovação e desenvolvimento em saúde. Essa parceria permite a captação e a gestão de recursos de maneira eficiente, garantindo maior flexibilidade e alinhamento às exigências legais e institucionais. Além disso, essa colaboração desempenha um papel essencial no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), viabilizando iniciativas voltadas à ampliação do acesso a tecnologias em saúde, à produção de vacinas e medicamentos e à implementação de políticas públicas que beneficiam diretamente a população brasileira. Diante desse contexto, este manual visa orientar os gestores e demais profissionais envolvidos sobre as normas e procedimentos que regem essa colaboração, consolidando boas práticas e promovendo maior segurança jurídica.

Esta sexta edição do Manual de Normas e Procedimentos para a Celebração de Instrumentos entre a Fiocruz e a Fiotec reflete a experiência acumulada ao longo dos anos pelos gestores envolvidos nessa importante dimensão institucional, além de um maior alinhamento com os órgãos de controle interno e externo.

Destaca-se, em especial, o aprendizado adquirido no enfrentamento da pandemia de Covid-19. O apoio da Fiotec aos projetos estratégicos da Fiocruz foi essencial para as entregas feitas à sociedade nesse período desafiador, reforçando sua importância na viabilização das ações da instituição. Um reflexo desse êxito foi a conquista do 1º lugar no Prêmio de Inovação no Serviço Público da ENAP, em 2021.

Fruto desse amadurecimento e novidade desta edição, destaca-se o aperfeiçoamento dos mecanismos de arrecadação de recursos geridos pela Fiotec, incluindo aqueles designados pela Justiça brasileira para o financiamento de projetos. Além disso, esta edição aprofunda o detalhamento sobre as parcerias com agentes financiadores internacionais, em consonância com a política de internacionalização da Fiocruz.

O manual foi revisado no âmbito da Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão da Fiocruz, instituída pela Portaria 787/2018-PR, e tem como principal objetivo orientar os trabalhadores da Fiocruz e da Fiotec quanto às especificidades e ao regramento legal dessa parceria, assegurando mais efetividade ao planejamento e à execução dos projetos.

Dessa forma, sua disseminação e aplicação em todas as unidades da Fiocruz, especialmente nos escritórios de projetos, setores de contratos, fiscais e coordenadores de projetos apoiados, contribuirá para mais eficiência e segurança jurídica na relação entre a Fiocruz e sua Fundação de Apoio.

Por se tratar de um cenário dinâmico, a competência dos profissionais envolvidos nessa parceria assume um papel central, gerando aprendizados contínuos, que são incorporados ao manual por meio de adendos sempre que necessário.

A Presidência parabeniza todos os envolvidos na atualização deste manual e orienta para sua ampla disseminação e utilização por todas as unidades, reafirmando o compromisso com a excelência na gestão.

Fortalecer essa relação significa não apenas aprimorar os processos internos da Fiocruz, mas também ampliar seu impacto no SUS, garantindo que as ações e projetos desenvolvidos resultem em benefícios concretos para a saúde pública e para a população brasileira.

Mario Santos Moreira

CAPÍTULO 1

Referências **| Normativas**



Leis

[Lei nº 4.320/1964;](#)

[Lei nº 8.958/1994](#)

[Lei nº 9.032/1995;](#)

[Lei nº 10.973/2004;](#)

[Lei nº 12.349/2010;](#)

[Lei nº 12.863/2013; e](#)

[Lei nº 14.133/2021.](#)



Decretos

[Decreto nº 7.423/2010;](#)

[Decreto nº 7.544/2011;](#)

[Decreto nº 8.240/2014;](#)

[Decreto nº 8.241/2014;](#)

[Decreto 9.283/2018; e](#)

[outras legislações correlatas.](#)



CAPÍTULO 2

Fundação para o
Desenvolvimento
Científico e
Tecnológico em Saúde

| Fiotec



2.1. NATUREZA JURÍDICA

Fundação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia financeira e administrativa e patrimônio próprio, regendo-se pelo seu Estatuto e pela [Lei nº 10.406](#), de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. Está credenciada e registrada no Ministério da Educação e do Desporto e no Ministério de Ciência e Tecnologia, podendo atuar como fundação de apoio nos projetos de interesse da Fiocruz.

2.2. FINALIDADE

Realizar atividades de apoio a projetos da Fiocruz nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses Projetos (Art. 1º [Lei 8958/94](#)). Nesse contexto, consideram-se as seguintes definições operacionais:

Projeto de Ensino

Atividades de formação, qualificação e capacitação de pessoal, mediante o aprendizado de novos conhecimentos e experiências profissionais.

Projeto de Pesquisa

Atividades de geração ou verificação de conhecimentos, métodos e técnicas.

Projeto de Extensão

Atividades de interação com os diversos setores da sociedade que visem ao intercâmbio e ao aprimoramento do conhecimento.

Projeto de Desenvolvimento Institucional

Projetos que levem à melhoria mensurável das condições da instituição apoiada para o cumprimento da sua missão institucional, devidamente consignados em plano institucional aprovado pelo órgão superior da instituição e nos termos do que dispõem o §1º e o § 2º do art. 1º da [Lei nº 8958](#), de 1994.

Projeto de Desenvolvimento Tecnológico

Atividades que visem a aplicação de novos conhecimentos relacionados à tecnologia com resultados práticos visíveis, podendo gerar novos produtos, serviços ou processos.

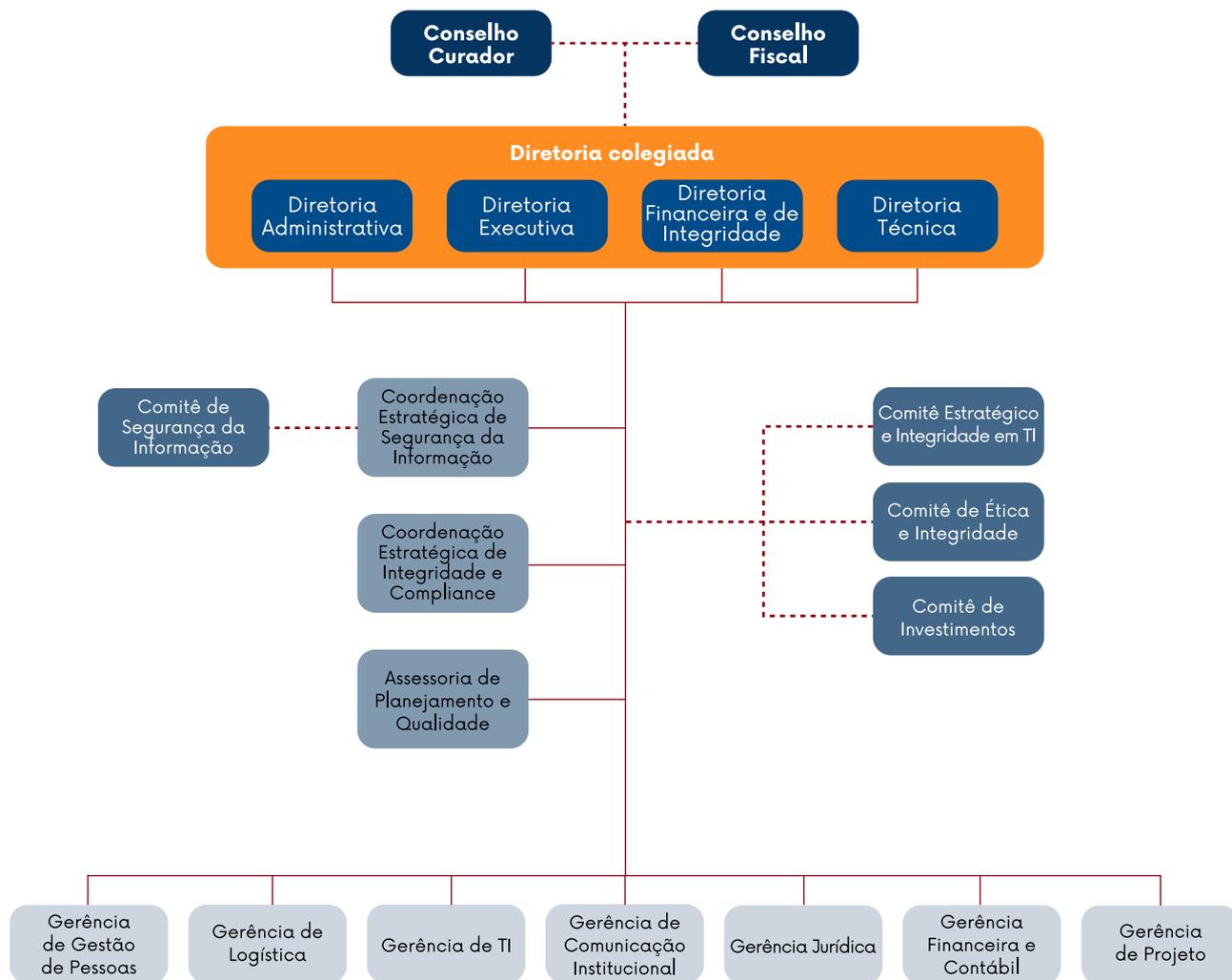
Projeto de Estímulo à Inovação

Atividades com vistas a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho.



2.3. ESTRUTURA PARA O APOIO AOS PROJETOS

A FioTEC se organiza em diversas coordenações e gerências para o efetivo apoio aos projetos da FioCruz, em atenção à legislação vigente e as regras dos agentes financiadores. A relação mais direta (analistas de iniciação e de execução) é com a gerência de projetos, e todas as outras estruturas dão suporte às demandas dos coordenadores. Para melhor compreensão segue seu organograma, atualizado em 2025.



CAPÍTULO 3

Instrumentos Jurídicos

a serem formalizados
com a **Fiotec**



A Fiocruz poderá estabelecer diversas modalidades de instrumentos jurídicos com a Fiotec para apoio a Projetos, a saber:

- I. Contrato de execução de atividades de apoio;
- II. Instrumento Tripartite;
- III. Autorização de Captação e Gerenciamento de Recursos Financeiros;
- IV. Acordo de execução de atividades de apoio à inovação com recurso arrecadado pela prestação de serviços técnicos especializados;
- V. Acordo de execução de atividades de apoio à inovação com recurso arrecadado pela produção e fornecimento de vacinas, medicamentos e outros insumos e serviços para a saúde.

Observação: O despacho da Unidade para análise da Procuradoria Federal, quando se aplicar, deverá mencionar a qual item deste Manual se refere (5 a 12), para facilitar a distribuição interna.

CAPÍTULO 4

Instâncias e agentes
responsáveis pelo
relacionamento entre
Fiocruz e Fiotech



4.1. UNIDADE DA FIOCRUZ

a. O Diretor da unidade deverá:

- Autorizar a contratação da Fiotec por meio da assinatura do Projeto Básico e da Memória de Cálculo sendo certo que o objeto da contratação deverá estar em acordo com o Art. 1º da [Lei 8.958/94](#) explicitado no [Item 2.2](#) desse Manual;
- Dar ciência e "de acordo" no termo de encerramento e arquivamento do processo administrativo de contratação da Fiotec ([Anexo 5.7](#)), atestando a regularidade das despesas realizadas, os resultados esperados no projeto básico e a relação de bens adquiridos na forma do art. 11, §3º do [Decreto 7.423/10](#).

b. O Diretor da Unidade designará mediante ato interno servidores ativos da Fiocruz para as seguintes funções, a saber:

- Coordenador: planejar, executar e prestar contas do contrato ;
- Fiscal: fiscalizar a execução do contrato, registrando as ocorrências no processo administrativo, adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetros os resultados previstos no contrato. Acompanhar e fiscalizar as obrigações Trabalhistas junto à Fiotec, caso aplicável, em razão dos incisos IV e V do Enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho¹. A portaria deverá designar o fiscal e seu substituto;



Em atenção ao Art 12 §1º Inciso IV do [Decreto 7.423/2010](#) (Observar a segregação de funções e responsabilidades na gestão dos contratos, bem como de sua prestação de contas) é vedado ao diretor/ordenador de despesa da Unidade acumular a coordenação de contratos Fiotec.

O principal objetivo desse Manual é apoiar e orientar os gestores, coordenadores e fiscais nos procedimentos administrativos relacionados aos contratos com a Fiotec.

¹ Enunciado 331 TST, Contrato de Prestação de Serviços. Legalidade (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Resolução 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31/05/2011, "IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial. V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.



Dada à importância do tema, há dois cursos autoinstrucionais com orientações melhor detalhadas sobre a atuação dos coordenadores (acesse o curso) e fiscais (acesse o curso) de contratos Fiotec visando à maior segurança jurídica dessas atividades, sendo certo que o coordenador, ao autorizar despesa na Fiotec, deverá obedecer a todas as prerrogativas legais sendo essencial seu conhecimento sobre as regras da administração pública que envolvem a execução de contratos com a Fiotec.

O cumprimento das obrigações previstas nesse Manual e na legislação vigente é atribuição do Diretor, Coordenador e Fiscal.

Em caso de descumprimento, os mesmos estão sujeitos à apuração de responsabilidade.

4.2. COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - COGEAD

- Promover a divulgação na página oficial da Fiocruz na Internet da fundamentação normativa, sistemática de elaboração e aprovação, execução e acompanhamento dos instrumentos celebrados com a Fiotec.
- Orientar, quando consultada, as unidades descentralizadas administrativamente sobre os procedimentos adequados com base nesse Manual e legislações vigentes;
- Realizar aos processos de contratação existentes nas unidades centralizadas administrativamente, orientando-as quanto aos procedimentos a serem adotados, com base nesse Manual e legislações vigentes.

4.3. AUDITORIA INTERNA - AUDIN E PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À FIOCRUZ - PF

As competências específicas da Audin e da PF encontram-se descritas respectivamente na página de auditoria interna e da procuradoria federal.



Além dessas atribuições mais específicas, compete à Fiocruz a definição dos critérios e valores máximos de remuneração para concessão de bolsas aos colaboradores do Projetos.

Os critérios para servidores Fiocruz estão regulados pela Portaria **PRES 151/2023**, disponível no **Anexo 4**.

Os critérios para não servidores Fiocruz encontram-se disponíveis no **Anexo 4a** da referida portaria e no Manual de Procedimentos Fiotec.



4.4. FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE - FIOTEC

A Fiotec apoia a Fiocruz em duas dimensões:

Dimensão estratégica

- apoiar as Unidades com soluções e arranjos contratuais junto a entidades de fomento nacionais e internacionais que possibilitem ampliar a arrecadação de recursos financeiros necessários para os projetos desenvolvidos na Fiocruz;
- Utilizar o marco legal de CT&I para alavancar projetos da Fiocruz de PD&I.

Dimensão operacional

- Prever as despesas operacionais e administrativas (DOA) decorrentes da execução das atividades de apoio, conforme previsão legal e fontes de financiamento;
- Gerir os recursos do projeto conforme disposto no contrato;
- Efetuar as contratações solicitadas pelo coordenador conforme previstas no Projeto Básico e de acordo com o art. 3º da [Lei nº 8.958/1994](#) alterado pela [Lei nº 13.243/2016](#);
- Efetuar os pagamentos referentes às despesas previstas no projeto, sendo que todos os comprovantes de despesa devem ser (i) identificados com o número do instrumento contratual a que se referem; (ii) assinados pelo responsável pela informação e (iii) mantidos sob guarda para eventual necessidade de prestação de contas e atendimento às auditorias;
- Prestar contas conforme Art. 3º, inciso I da [Lei nº 8.958/1994](#) e Art. 11 do [Decreto 7.423/2010](#);
- Divulgar em seu Portal de Acesso à Informação² (acesse o site) todas as informações relativas aos instrumentos contratuais firmados e mantidos com a Fiocruz e com outras Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT's), Finep, CNPq e Agências Financeiras Oficiais de Fomento, quando houver (determinação da [Lei nº 8958/1994](#), art. 4ºA, incisos I a V).
- Após essa explanação sobre as responsabilidades de cada ator institucional, descrevemos a seguir as orientações sobre os instrumento jurídicos conforme Art. 8º do [Decreto 7.423/2010](#):

O cumprimento das obrigações previstas nesse Manual e na legislação vigente é atribuição do Diretor, Coordenador e Fiscal.

Em caso de descumprimento, os mesmos estão sujeitos à apuração de responsabilidade.

² Excetuando-se os casos em que houver informações classificadas em grau de sigilo com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), bem como as de "caráter sigiloso" com base em legislação específica: são aquelas informações protegidas por outras legislações, tais como os sigilos bancário, fiscal e industrial.

Para a consulta sobre as informações classificadas em grau de sigilo com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), bem as de "caráter sigiloso" com base em legislação específica, clique aqui.



As possibilidades que serão apresentadas representam o acúmulo institucional até o momento. Outras modalidades de contratualização poderão ser desenhadas com a Fiotec para atender arranjos específicos, desde que estejam respaldadas pela legislação e pela Procuradoria Federal junto à Fiocruz.

CAPÍTULO 5

Orientações Jurídico- Administrativas

para o contrato de
execução de atividades
de apoio



Esta modalidade é utilizada exclusivamente quando o recurso financeiro se encontra na conta do Tesouro da Fiocruz oriundo da aprovação da Lei Orçamentária Anual, emenda parlamentar, termo de execução descentralizada (TED) ou acordo de cooperação técnica (ACT)

Fundamenta-se no Artigo 75, inciso XV da [Lei nº 14.133/2021](#), combinado com o art.1º da [Lei nº 8.958/94](#), em razão de ser dispensável a licitação para a contratação da Fiotec, quando:

- Comprovadamente houver nexos entre o inciso citado, a natureza da Fiotec e o objeto a ser contratado: ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação. Os escritórios/núcleos de projetos de cada unidade deverão realizar tal controle antes da contratação e com o apoio dos NITs (núcleos de inovação tecnológica), quando couber.
- Estiver claramente caracterizada a capacidade de apoio à execução do projeto pela Fiotec para realização do serviço.

5.1. DA INICIAÇÃO E PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO DA FIOTEC

1ª ETAPA

a. Cadastrar o Projeto que será apoiado pela Fiotec:

- no Sistema de Planejamento da Fiocruz (Sage);
- no Compras.gov.br cadastrar tanto no sistema Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) e no Estudo Técnico Preliminar (ETP). O PGC é o sistema que consolida todas as contratações que o órgão ou entidade pretende realizar no exercício atual e subsequente. Após o cadastro é gerado o Documento de Formalização da Demanda (DFD). Já no ETP se elabora o documento que integra a fase de planejamento das contratações públicas e tem o objetivo de demonstrar a real necessidade da contratação, analisar a viabilidade técnica de implementá-la, bem como instruir o arcabouço básico para a elaboração do Projeto Básico. O código do ETP deverá ser informado na publicação da Dispensa de Licitação, sem este não será possível seguir com a Contratação;

b. Envio à Fiotec dos documentos listados para o setor de iniciação, consultando sobre o interesse da mesma em apoiar o projeto desenvolvido pela Fiocruz e solicitando a apresentação da sua proposta com detalhamento da despesa operacional e administrativa.

- Ofício de solicitação de proposta da Unidade ([Anexo 5.1](#));
- Projeto Básico conforme orientações no [Anexo 5.2](#);
- Memória de Cálculo conforme modelo no [Anexo 5.2.a](#).
- Ofício de aquisição de material permanente (quando aplicável) conforme [Anexo 5.2 b](#).



Após a validação pelo setor de Iniciação, a documentação deve ser assinada no SEI, e encaminhada ao mesmo setor para elaboração de Proposta de atividades de apoio da Fiotec.

Documentos para assinatura	Quem assina
Ofício de solicitação de Proposta à Fiotec	Diretor Unidade
Projeto Básico	Diretor Unidade + Coordenador Projeto
Memória de Cálculo (junto ao Termo de Atesto)	Diretor Unidade + Coordenador Projeto
Ofício de aquisição de material permanente	Diretor Unidade

2ª ETAPA

Abertura de processo administrativo, que deverá conter, ao finalizar esta etapa da contratação, todos os itens abaixo relacionados:

- a. Requisição de Compras (RCO)³ para a prestação de serviços de apoio logístico, administrativo e financeiro;
- b. Projeto Básico e Memória de Cálculo assinados;
- c. Ofício de solicitação de proposta Fiotec;
- d. Proposta da Fiotec detalhando as atividades a serem executadas datada e assinada pelo seu representante legal, contendo cronograma de desembolso e cálculo da despesa operacional e administrativa (DOA);
- e. Portaria de nomeação do representante legal da Fiocruz;
- f. Consultas ao Sicaf, Cadin e TCU (consulta consolidada da Pessoa Jurídica) no site, que emitirá um relatório apresentando os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros (TCU, CNJ, CEIS, CNEP). Caso a documentação obrigatória indique irregularidade no Sicaf, será admitido anexar ao processo a documentação comprobatória da regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira, contudo, deverá ser anexado um despacho firmando o compromisso de realizar novas consultas na época do empenhamento e da assinatura do contrato;
- g. Minuta contratual sugerido pela Procuradoria Federal junto à Fiocruz ([Anexo 5.3](#)) devidamente preenchida, discriminando no preâmbulo o número do Termo de Execução de Descentralizada – TED), número do Termo de Compromisso; número do Acordo; número da Emenda Parlamentar, e o órgão concedente, quando pertinente;
- h. Cópia do TED, emenda parlamentar ou instrumento congênere do Fundo Nacional de Saúde ou de outro órgão demonstrando o número, o órgão concedente, a origem do recurso, o objeto, vigência e valor quando se aplicar;
- i. Anexação da cópia do ato de nomeação, por instrumento interno da Unidade, do fiscal do contrato e substituto;

³ Para as Unidades que utilizam o Sistema SGA Compras, foi gerado um código único para esse tipo de contratação que deverá ser informado na RCO: Código 3725: Execução de atividades de apoio logístico, administrativo e gestão financeira conforme projeto básico.



- j. Destacar numa caixa atenção: não realizar a indicação do fiscal no Projeto Básico (pois o fiscal não faz parte do projeto) tampouco no termo do contrato, a fim de evitar elaboração de termos aditivos quando houver substituição, e conseqüente despesa para publicação.

3ª ETAPA

Envio do processo administrativo à Procuradoria Federal junto à Fiocruz (PF) para análise da legalidade do procedimento e da minuta do Termo de Contrato, bem como atendimento às recomendações do parecer da PF, quando houver.

4ª ETAPA

- a. Realização da "Autorização de dispensa de licitação do processo da contratação Fiotec - [Lei 14133/2021](#)";
- b. Publicação do extrato do Contrato no D.O.U., anexando-o ao processo administrativo;
- c. Registro do contrato e o cronograma físico financeiro no Sicon/Siasg, anexando o comprovante do registro;
- d. Nova consulta ao Sicaf, Cadin e TCU (consulta consolidada da Pessoa Jurídica) no portal, que emitirá um relatório apresentando os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros (TCU, CNJ, CEIS, CNEP), e posterior emissão da nota de empenho;
- e. Anexação do Termo de Contrato, datado e assinado pelos representantes da Fiocruz e da Fiotec;

Para conclusão dessa etapa é necessária validação prévia da Fiotec sobre os documentos e assinaturas.



As unidades deverão encaminhar à Fiotec uma via do contrato, cópia do D.O.U e portaria de designação do fiscal e substituto.



5.2. FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIOtec

A execução dos serviços será fiscalizada por servidor designado pelo diretor da unidade, conforme artigo 117 da [Lei nº 14.133/2021](#).

As atribuições e responsabilidades do fiscal do contrato devem ser realizadas conforme as disposições desse Manual e a legislação vigente com zelo, dedicação e dever funcional.

Na eventualidade de inexecução total ou parcial do contrato/ajuste, deverá o fiscal manifestar-se pela aplicação das sanções previstas no art. 156, da [Lei nº 14.133](#) de 01 de abril de 2021, desde que respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório, e submetendo sua manifestação à aprovação da autoridade competente.



O fiscal atua, simultaneamente, no monitoramento das atividades de apoio realizadas pela Fiotec (objeto do contrato) e no acompanhamento do projeto Fiocruz apoiado (motivação do contrato com a Fiotec) e para orientar sua atuação, A Escola Corporativa desenvolveu o minicurso autoinstrucional **“As singularidades na fiscalização de contratos celebrados entre Instituições de Ciência e Tecnologia e Fundações de Apoio: arcabouço jurídico e papel do fiscal”**

5.3. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O cronograma de pagamento deve ser apresentado no Projeto Básico e os pagamentos deverão ocorrer na forma prevista pelo cronograma de execução e de desembolso, condicionados à apresentação dos respectivos relatórios das atividades realizadas.

O fiscal do contrato deverá atestar a Nota Fiscal a ser emitida contendo o número do empenho correspondente ao pagamento da parcela, atestar a execução das atividades, e encaminhar o processo administrativo à área de orçamento (caso deva ocorrer empenhamento de complementação da despesa) ou à área de pagamento.

O processo para pagamento deverá conter obrigatoriamente a comprovação da execução contratual de acordo com o inciso III do parágrafo 2º do art. 63 da [Lei nº 4.320/64](#), conforme a seguir:

- a. Relatório técnico contendo (i) as atividades desenvolvidas, metas e produtos, devidamente comprovados por meio da anexação de: artigos publicados, livros, apostilas, fotos de reuniões/oficinas/seminários/congressos realizados, folhetos, cd's, dvd's, link de sites; relação de profissionais capacitados/treinados contendo número de “CPF” (protegidos conforme LGPD), entre outros que fundamentem as metas declaradas no Projeto Básico; (ii) relação dos colaboradores que atuam no projeto, inclusive aqueles não remunerados pelo projeto. Deverá ser elaborado conforme modelo do [Anexo 5.4](#);



Além deste relatório detalhado, é obrigatória a apresentação do “**Relatório de Execução Física**” para que a Fiotec publique em seu portal de acesso de informação.

O objetivo é avançarmos na transparência em atenção à legislação das fundações de apoio (Art. 4o-A da [Lei 8958/94](#))



O modelo encontra-se no [anexo 5.4b](#) e disponível no SEI com a seguinte descrição: Relatório de Execução Física. Este deverá ser utilizado somente para o tipo de processo: "Licitação: Dispensa - Art.24 - XIII (Fiotec).

Deve ser enviado obrigatoriamente pelo coordenador/equipe de apoio ao analista Fiotec no ato da solicitação da nota fiscal de pagamento para todos os projetos que iniciaram sua vigência em 01/01/2025. O envio para os demais projetos é facultativo.

Observação: custo DOA e ISS devem estar diluídos nas metas para coerência com o valor total do contrato.

- b. Relatório de fiscalização das atividades realizadas pela Fiotec ([Anexo 5.4.a](#)) acompanhado de extrato financeiro cumulativo de execução de despesas, disponibilizado no Portal do Coordenador Fiotec;
- c. Nota fiscal emitida pela Fiotec e atestada pelo fiscal contendo o nº do contrato, do empenho, o objeto do Projeto, o número da parcela e o valor correspondente, conforme o cronograma físico-financeiro;
- d. Certidão de regularidade no Sicafe.
- e. Comprovantes de apropriação/liquidação e pagamento das despesas (nota fiscal), extraídos do Siafi.

5.4. ELABORAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE ADITIVOS E APOSTILAMENTOS

5.4.1. Aditivo contratual

O aditamento de contrato é um instrumento legal utilizado para proceder a alteração de informações que constem no contrato vigente. Contratos vigentes que adotaram a minuta contratual utilizada desde 15/06/2020 devem proceder ao aditamento quando houver alteração da vigência e/ou valor. Os aditivos devem ser autorizados pelo Diretor da unidade e submetidos à análise da Procuradoria Federal.



1. No caso de aditivo para prorrogação do prazo de vigência contratual, em razão da necessidade de readequação do cronograma de execução, a Unidade deverá esclarecer o motivo da não realização das atividades na forma inicialmente pactuada (justificativa), enumerar as atividades executadas e as pendentes e identificar o que já foi pago e o saldo remanescente. O [Anexo 5.5](#) apresenta modelo de Relatório Situacional que contempla os itens acima e deve ter a concordância do diretor da unidade.
2. Os acréscimos contratuais não deverão ultrapassar o limite de 25%, na forma prevista no Art 125, da [Lei nº 14.133/2021](#) e deverão ter como fato gerador, devidamente justificado, a identificação de uma necessidade ou acontecimento superveniente que possa influenciar o atingimento das metas estipuladas no projeto, sendo certo que deverá ser providenciada, neste caso, nova proposta de preços junto à Fiotec considerando todos os custos relacionados ao acréscimo, bem como a adequação do cronograma físico-financeiro e documentos pertinentes.

Alguns aspectos devem ser observados para que haja alteração contratual:

- a. Elaboração do Relatório Situacional ([Anexo 5.5](#)) com metas/atividades/cronograma, em caso de alteração de valor contratado e/ou de prazo, devidamente autorizado pelo diretor da Unidade, fica dispensada a atualização do Projeto Básico e manifestação formal de interesse e justificativa técnica pois esses itens compõe o Relatório Situacional;
- b. aprovação do fiscal (o [Anexo 5.6](#) apresenta formulário de manifestação do fiscal)
- c. indicação de existência de recursos orçamentários para cobertura da despesa complementar ou adicional ao contrato original; Nos casos de projetos financiados por meio de TED deverá ser apresentado o extrato do Siafi demonstrando que ainda existe uma programação de desembolso a ser realizado durante a vigência do aditivo que está sendo tramitado.
- d. registro do termo aditivo ao contrato e do novo cronograma físico financeiro no Sicon/Siasg;
- e. anexação de proposta de execução de atividades de apoio da Fiotec contemplando a alteração ou adequação encaminhadas no Relatório Situacional para os casos de aditivo de valor contratado ou de prazo; em se tratando de aditivo de prazo e valores contratuais, a DOA (despesa operacional e administrativa) da Fiotec poderá ser revista a partir de critérios pré-estabelecidos e acordados entre as partes;
- f. realização de nova consulta da regularidade no Sicaf, Cadin e TCU (consulta consolidada da Pessoa Jurídica) [clique aqui](#), que emitirá um relatório apresentando os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros (TCU, CNJ, CEIS, CNEP), previamente ao envio da minuta à Procuradoria Federal junto à Fiocruz;
- g. encaminhamento da minuta do Termo Aditivo ([Anexo 5.7](#)) para apreciação e aprovação pela Procuradoria Federal junto à Fiocruz;
- h. assinatura do aditivo pelos representantes da Fiocruz e da Fiotec e publicação no D.O.U



As minutas de aditivos devem ser encaminhadas à Procuradoria Federal com antecedência mínima de 45 dias do término da vigência do contrato, ressaltando que o coordenador do projeto e a Fiotec possuem responsabilidade solidária pelo controle de prazo e pedido de aditamento do instrumento.

5.4.2. Apostilamento contratual

Apostila é um ato administrativo composto por anotação ou registro que NÃO modifica as cláusulas contratuais. Contratos vigentes que adotaram a minuta contratual utilizada desde 15/06/2020 devem proceder ao apostilamento quando há necessidade de alterações de: metas e respectivas atividades e/ou cronograma de execução e desembolso e/ou elementos de despesa.

- **Alteração de metas e atividades Fiocruz:**

O apostilamento deve ser feito por meio de Termo de Alteração de Metas do Projeto Básico (**Anexo 5.8**) especificando a alteração e justificativa para a motivação. Deve ser assinado pelo coordenador do projeto, aprovado pelo fiscal e Diretor da Unidade e apensado ao processo no SEI!. Uma copia deve ser enviada ao analista da Fiotec, para ciência.

- **Alteração de elementos de despesa com inclusão de elementos não previstos inicialmente, bem como alteração/inclusão de atividades Fiotec, remanejamento de valor entre metas diferentes e/ou cronograma de desembolso:**

Coordenador deverá elaborar ofício no SEI, no processo de contratação da Fiotec, com a solicitação e justificativa, declarando que a previsão do novo elemento de despesa ou a nova previsão de desembolso não comprometerá a execução física do contrato.

- **Alteração de valores de elementos de despesa com remanejamento na mesma meta:**

Coordenador ou autorizador de despesas encaminha à Fiotec justificativa para a alteração por e-mail do SEI! ou institucional.

Sendo utilizado o e-mail institucional, deverá ser gerado o PDF do e-mail enviado para anexar ao processo no SEI!.

Atividade	Ação	Instância
Alteração de metas e atividades Fiocruz	Apostilamento	Coordenador/Autorizador
Remanejamento de Recurso entre metas	Ofício SEI	Coordenador/Autorizador
Remanejamento dentro da metas	E-mail	Coordenador/Autorizador

5.5. RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato pode ser rescindido nas hipóteses previstas na [Lei 14.133/2021](#), Artigo 137.



5.6. PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL E ENCERRAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO NA FIOCRUZ

Na prestação de contas final do Contrato deverão ser cumpridas as seguintes etapas em consonância com o art. 63 inciso V, §1º do da [Resolução GPGJ nº 68/1979](#) e com base no art.11, §3º do [Decreto nº 7423/2010](#).

1ª ETAPA

Fiotec envia relatório financeiro final de prestação de contas e cópia de guia de recolhimento (GRU) com a devolução de eventuais saldos financeiros existentes para o coordenador, com cópia para o fiscal em até 60 dias após o término do contrato. Também será enviada cópia para os Escritórios de Projetos para acompanhamento.

2ª ETAPA

Coordenador: (i) valida o relatório financeiro final; (ii) adjunta o relatório técnico final ([Anexo 5.4.a](#)) com as metas comprovadas de forma inequívoca, com os relatórios individuais de atividades dos bolsistas e demais documentos comprobatórios da execução física como anexos, assim como os respectivos termos de aceite dos produtos entregues ao órgão financiador, quando couber. No caso dos projetos enquadrados como Desenvolvimento Institucional, o relatório citado deve conter o detalhamento das melhorias promovidas relacionadas à Política de Desenvolvimento Institucional vigente à época da aprovação do projeto.



No final do relatório técnico o coordenador do projeto deve declarar que houve a correta e regular aplicação dos recursos do contrato, bem como que em sua execução foram adotados os princípios públicos que norteiam a aquisição de bens e serviços e que a comprovação dos documentos fiscais dos gastos incorridos no contrato encontram-se disponíveis para consulta nos arquivos da Fiotec.

Além disso, deverá fazer parte do relatório técnico final a comprovação do registro do recebimento dos bens adquiridos à área de Patrimônio, quando couber. Na relação dos bens deverá constar a marca, o modelo, o número de série, o número de tombamento e o local onde o bem está alocado.

3ª ETAPA

O coordenador anexa ao processo SEI de contratação da Fiotec, em até 75 dias do encerramento do contrato, o relatório técnico e financeiro final, com todos os anexos citados acima, para ciência e apreciação do fiscal do contrato.



4ª ETAPA

O Fiscal do contrato analisa a documentação constante no processo SEI de contratação da Fiotec, atesta a regularidade das despesas realizadas, os resultados esperados no projeto básico e a relação de bens adquiridos na forma do art. 11, §3º do [Decreto 7423/10](#) (conforme modelo no [Anexo 5.9](#)) e encaminha em até 90 dias do encerramento do contrato, para ciência e de acordo da Direção de Unidade, o Termo de Encerramento do Contrato.

5ª ETAPA

Direção da Unidade dá ciência do Termo de Encerramento do Contrato, encaminha uma via desse termo e o relatório técnico final em até 10 dias para a Fiotec, email projetos-mce@fiotec.fiocruz.br e encaminha o processo para arquivamento.



O envio do Termo e relatório final à Fiotec é essencial para a mesma encerrar internamente a prestação de contas do contrato.

Observação

Caso o agente financiador tenha exigência de prestação de contas em tempo menor, o prazo previsto na 1ª etapa deverá ser repactuado pela unidades junto à Fiotec.

CAPÍTULO 6

Orientações Jurídico- Administrativas para o contrato tripartite



Esta modalidade poderá ser utilizada quando o agente financiador possuir regras próprias de contratualização com Fundações de Apoio (exemplos: BNDES, Petrobras, GSK, Bayer, Sumitomo) ou quando o recurso financeiro não puder ser executado pela Fiocruz por falta de cobertura orçamentária (parceria com Secretarias de Saúde). Nessa situação, o recurso financeiro será arrecadado diretamente pela Fiotec sem ingresso na conta única da Fiocruz.

A escolha do melhor instrumento a ser utilizado deverá ser alinhado com equipe de iniciação de projetos da Fiotec pelo e-mail: iniciacaoprojetos@fiotec.fiocruz.br.

No caso de parcerias com secretarias de saúde ou outros órgãos do Poder Executivo de Estados, Municípios e do Distrito Federal, o instrumento tripartite deverá estar regulado por um acordo de cooperação, sem repasse de recurso, entre Fiocruz e o órgão financiador com tramitação prévia na Fiocruz, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Cogeplan.

6.1. INICIAÇÃO E CONTRATAÇÃO

A instrução processual é semelhante ao Item 5 desse manual:

1ª ETAPA

Envio de ofício da Unidade ([Anexo 6.1](#)) à Fiotec consultando sobre o interesse da mesma em apoiar o projeto e contendo Projeto Básico e memória de cálculo ([Anexo 6.2](#) e [Anexo 6.2a.](#)). Também é necessário o cadastro do Projeto no Sage da Unidade.

Orientações para cadastro no Sage

1º: cadastrar a iniciativa como tipo Projeto, e as informações do projeto (título e descrição)



2º: cadastrar a despesa selecionando a fonte de receita “convênios nacionais tripartite” e o grupo de despesas “Projetos Fiotec”

2ª ETAPA

Fiotec, Unidade e Agente Financiador elaboram Minuta do Instrumento Tripartite.

3ª ETAPA

Abertura de processo administrativo para contratação da Fiotec. Deve ser formalizado na Unidade e enviado à Procuradoria Federal, para análise da legalidade do procedimento, contendo:

- Projeto Básico contendo o número Sage cadastrado;
- Despacho dispensando a anexação física da documentação legal da Fiotec, uma vez que está disponível no site Cogead para consulta - acesse o site
- Minuta do Instrumento Tripartite utilizado pelo agente financiador. Quando este não possuir modelo próprio, poderá ser utilizada minuta sugerida pela Procuradoria Federal junto à Fiocruz, disponível no [Anexo 6.3](#) adaptada a cada situação.
- Justificativa da utilização do modelo de instrumento do agente financiador, quando se aplicar
- Atos constitutivos do agente financiador;



É obrigatória a abertura de processo no SEI! e a informação do número à Fiotec, inclusive para projetos internacionais.

4ª ETAPA

- Publicação do extrato do Instrumento no D.O.U., anexando-o ao processo administrativo;
- Registro do contrato no Sicon/Siasg, anexando o comprovante do registro;
- Anexação do Termo de Contrato, datado e assinado pelos representantes das instituições envolvidas. Quando se aplicar, deverá ser traduzido para o idioma português por servidor público que declare a proficiência no idioma original.



O processo de execução e de prestação de contas de cada instrumento tripartite firmado será realizado em acordo com as regras específicas de cada agente financiador. É importante que o coordenador observe essas particularidades e restrições contidas nos respectivos instrutivos e normas, pois ocasionalmente apresentarão diferenças no que tange aos contratos Fiocruz.

As aquisições de material permanente (equipamento), quando se aplicar, serão regidas pelos instrumentos, normas ou orientações do agente financiador em comum acordo com a Fiocruz. Quando do recebimento do material, encaminhar à Direção da Unidade para assinatura o Termo de Responsabilidade e Termo de Doação emitidos pela Fiotec, que providenciará a respectiva doação à Fiocruz que procederá com o patrimônio.

6.2. ELABORAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE ADITIVOS E APOSTILAMENTOS

6.2.1 Aditivo contratual

O aditamento de contrato é um instrumento legal utilizado para proceder a alteração de informações que constem no contrato vigente. A realização de alteração da vigência e/ou valor ou modificações no projeto que alterem cláusulas no instrumento pactuado, devem ser feitas por meio do aditamento. Os aditivos devem ser autorizados pelo Diretor da unidade e submetidos à análise da Procuradoria Federal.

Alguns aspectos devem ser observados para que haja alteração contratual:

- a. Cada tipo de financiamento exigirá um rito processual para a formalização do aditamento. O trâmite de formalização deve ser entendido previamente entre os partícipes. As unidades devem organizar fluxo interno envolvendo Sistema NIT/Gestec sempre que pertinente.
- b. Elaboração de Justicativa Técnica a fim de subsidiar a análise das partes referente a solicitação de alteração pretendida.
- c. A depender do pleito de alteração e do financiador, pode ser necessária, para o processo de aditamento, a readequação de projeto Básico e/ou plano de trabalho e suas respectivas metas/atividades/cronograma, devidamente autorizado pelo diretor da Unidade.
- d. Assinatura do instrumento aditivo pelos representantes da Fiocruz, do agente financiador e da Fiotec e publicação no D.O.U, anexando-o ao processo administrativo;



A alteração e/ou criação de metas e elementos de despesas não previstos, bem como o remanejamento de valores dentro da mesma meta ou em metas diferentes, devem ser precedidas de justificativa técnica e a sua viabilidade e implementação deverão atender as normas, instrutivos, regimentos ou orientações prévias de cada agente financiador.

6.3. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Na prestação de contas final do instrumento, a Fiotec envia o relatório financeiro e o comprovante de devolução de eventuais saldos financeiros remanescentes ao agente financiador e ao coordenador, quando aplicável, com cópia para os Escritório de Projetos para acompanhamento. Esse envio deve ocorrer em até 60 dias após o término do instrumento ou conforme o prazo estabelecido no instrumento firmado.



Ao final do relatório técnico, o coordenador do projeto deve declarar que houve a correta e regular aplicação dos recursos do instrumento, que na sua execução foram seguidos os critérios estabelecidos para a aquisição de bens e serviços e que a comprovação dos documentos fiscais dos gastos incorridos no instrumento encontram-se disponíveis para consulta nos arquivos da Fiotec.

O envio do do Relatório Técnico final à Fiotec é essencial para a mesma encerrar internamente a prestação de contas do instrumento.

6.4. ENCERRAMENTO ADMINISTRATIVO

1ª ETAPA

Coordenador: (i) valida o relatório financeiro final; (ii) adjunta o relatório técnico final (na ausência de modelo próprio do agente financiador poderá ser utilizado o [Anexo 5.4](#), com as devidas adaptações), com as metas comprovadas de forma inequívoca, por meio de anexos com as evidências, assim como os respectivos termos de aceite dos produtos entregues ao órgão financiador, quando couber.



No final do relatório técnico o coordenador do projeto deve declarar que houve a correta e regular aplicação dos recursos do contrato, bem como que em sua execução foram adotados os princípios públicos que norteiam a aquisição de bens e serviços e que a comprovação dos documentos fiscais dos gastos incorridos no contrato encontram-se disponíveis para consulta nos arquivos da Fiotec.

Além disso, deverá fazer parte do relatório técnico final a comprovação do registro do recebimento dos bens adquiridos à área de Patrimônio, quando couber. Na relação dos bens deverá constar a marca, o modelo, o número de série, o número de tombamento e o local onde o bem está alocado.

2ª ETAPA

O coordenador anexa ao processo administrativo que foi aberto no SEI, em até 75 dias, salvo prazo específico determinado no instrumento celebrado, o relatório técnico e financeiro final, com todos os anexos citados acima.



3ª ETAPA

Nos instrumentos firmados com parceiros públicos, deve ser encaminhado em até 90 dias do encerramento do instrumento, para ciência e de acordo da Direção de Unidade, o Termo de Encerramento do Contrato.

4ª ETAPA

Direção da Unidade dá ciência do Termo de Encerramento do Contrato, encaminha uma via desse termo e o relatório técnico final em até 10 dias para a Fiotec, email projetos-mce@fiotec.fiocruz.br e encaminha o processo para arquivamento.

Observação

Caso o agente financiador tenha exigência de prestação de contas em tempo menor, o prazo previsto na 2ª etapa deverá ser repactuado pela unidades junto à Fiotec.

CAPÍTULO 7

Orientações Jurídico- Administrativas

para autorização da
captação e do
gerenciamento de
recursos financeiros



Esta modalidade **SOMENTE DEVERÁ** ser utilizada quando o agente financiador possuir regras próprias de contratualização com Fundações de Apoio, direcionando a contratação a um único parceiro legal e não for possível utilizar o Instrumento Tripartite (exemplo: financiadores internacionais, Opas nacional e internacional, Contrato com Unicef).

A instrução processual está detalhada a seguir, sendo semelhante ao Item 6, com adaptações.

Importante salientar que o agente financiador poderá exigir documentos específicos para celebração da parceria.

1ª ETAPA

Unidade encaminha à Fiotec o Termo de Autorização ([Anexo 7.1](#)), Ofício da Unidade indicando servidor para coordenação e consultando o interesse da mesma em apoiar o projeto ([Anexo 6.1](#)) Projeto Básico e memória de cálculo conforme [Anexo 6.2](#) e [Anexo 6.2a](#), adaptados ou de acordo com as regras do financiador.

Também é necessário o cadastro do Projeto no Sage da unidade, conforme orientação no [item 6.1](#). Utilizaremos a despesa "convenio tripartite", pois mesmo o instrumento sendo bipartite, a relação contratual é tripartite.

2ª ETAPA

Fiotec e agente financiador celebram instrumento jurídico para execução de Projeto de interesse da Fiocruz em comum acordo com a respectiva Unidade. Não é necessário o exame jurídico prévio da minuta do instrumento a ser firmado entre o agente externo e a Fiotec pela Procuradoria se a Fiocruz não participar da avença.



As Unidades devem organizar fluxo interno envolvendo Sistema NIT/ Gestec sempre que pertinente.

3ª ETAPA

A Unidade abre, obrigatoriamente, processo administrativo no SEI!, inclusive para financiadores internacionais, contendo:

- Termo de Autorização de Captação sugerido pela PF ([Anexo 7.1](#)) e assinado pelo Diretor da unidade;
- Ofício da Unidade indicando servidor para coordenação e consultando o interesse da mesma em apoiar o projeto contendo projeto básico e memória de cálculo; ([Anexos 6.1, 6.2 e 6.2a](#)).



- Cópia do instrumento jurídico celebrado entre Fiotec e agente financiador especificando o número, o órgão concedente, a origem do recurso, o objeto e valor. Quando se aplicar, deverá ser traduzido para a língua portuguesa por servidor público que declare a proficiência na língua original.

4ª ETAPA

O processo de execução, alterações, aditamento e de prestação de contas de cada instrumento firmado será realizado de acordo com as regras específicas de cada agente financiador.

A instrução processual para as alterações e aditamentos são semelhantes as do [Item 6.2](#), desse manual, com adaptações. Excetua-se o exame jurídico prévio da minuta do instrumento a ser firmado entre o agente externo e a Fiotec pela Procuradoria e assinatura da Direção da Unidade, se a Fiocruz não participar da avença.

A prestação de contas e o encerramento do Processo Administrativo se dará conforme [item 6.3](#) e [item 6.4](#) desse manual, sendo necessária a aprovação da prestação de contas ([Anexo 5.9](#) para os parceiros públicos e/ou de acordo com a regra do agente financiador).

CAPÍTULO 8

Orientações Jurídico- Administrativas para a prestação de serviços técnicos especializados **(art 8º da Lei 10.973/2004)**



A Fiotec poderá receber diretamente, sem passar pelo caixa da Fiocruz, recurso financeiro de terceiros oriundo da realização de algumas atividades previstas no Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação. Tais atividades se restringem àquelas estritamente enquadradas nos arts. 4º a 8º, 11 e 13 da [Lei 10.973/2004](#) (Lei de Inovação Tecnológica) quando previsto em contrato, acordo ou convênio, devendo as receitas serem aplicadas exclusivamente em objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo a carteira de projetos institucionais e a gestão da política de inovação⁴.

O objetivo deste item do Manual é orientar a contratualização entre Fiocruz e Fiotec para as atividades previstas no Art. 8º § 1º da [Lei 10.973/2004](#). Os demais parágrafos, por se referirem ao pagamento de adicional variável para servidores, dependerão da aprovação de norma institucional específica sobre o tema, devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fiocruz.

Art. 8º É facultado à ICT prestar a instituições públicas ou privadas serviços técnicos especializados compatíveis com os objetivos desta Lei, nas atividades voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, visando, entre outros objetivos, à maior competitividade das empresas. (Redação pela [Lei nº 13.243](#), de 2016)

§ 1º A prestação de serviços prevista no caput dependerá de aprovação pelo representante legal máximo da instituição, facultada a delegação a mais de uma autoridade, e vedada a subdelegação. (Redação pela [Lei nº 13.243](#), de 2016)

§ 2º O servidor, o militar ou o empregado público envolvido na prestação de serviço prevista no caput deste artigo poderá receber retribuição pecuniária, diretamente da ICT ou de instituição de apoio com que esta tenha firmado acordo, sempre sob a forma de adicional variável e desde que custeado exclusivamente com recursos arrecadados no âmbito da atividade contratada.

§ 3º O valor do adicional variável de que trata o § 2º deste artigo fica sujeito à incidência dos tributos e contribuições aplicáveis à espécie, vedada a incorporação aos vencimentos, à remuneração ou aos proventos, bem como a referência como base de cálculo para qualquer benefício, adicional ou vantagem coletiva ou pessoal.

§ 4º O adicional variável de que trata este artigo configura-se, para os fins do art. 28 da [Lei nº 8.212](#), de 24 de julho de 1991, ganho eventual.

⁴ A Política de Inovação da Fiocruz encontra-se disponível, clique aqui.



Esta modalidade de contratualização é segmentada em dois processos, a saber:

a. Processo para arrecadar

Orienta como abrir conta de arrecadação na Fiotec, bem como a relação com os solicitantes dos serviços.

b. Processo para utilizar

Orienta o percurso para executar o recurso a ser arrecadado com a prestação de serviços técnicos especializados.

Tais processos podem ocorrer simultaneamente ou em tempos distintos, sendo certo que o recurso arrecadado por meio da prestação de serviços técnicos especializados somente poderá ser utilizado quando o “Acordo de execução de atividades de apoio à projeto de PD&I”, doravante denominado AEPI, a ser descrito no [Item 8.2](#), estiver em vigor.

8.1. ORIENTAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS

1ª ETAPA

Diretor das Unidades, com apoio dos NIT e em observância: (i) ao [convênio 145/2022](#) que regulamenta as condições gerais em que a Fiocruz pode celebrar acordos, convênios, contratos e demais instrumentos congêneres com a participação da Fiotec e (ii) à [Portaria PRES N° 1305](#), de 23 de novembro de 2022, que trata da prestação de serviços técnicos especializados ([Anexo 8.1](#)), edita portaria específica para sua Unidade.

Essa portaria deverá contemplar a autorização para a Fiotec receber diretamente o recurso arrecadado; a natureza dos serviços técnicos especializados que poderão ser prestados; o fluxo interno na Unidade, a política da Unidade de repartição interna das receitas auferidas com a prestação de serviços, nos termos do art. 10º Portaria [PRES N° 1305](#), de 23 de novembro de 2022, caso aplicável.

Além das informações acima, a portaria deverá indicar o Programa ou Projeto de PD&I, cadastrado no Sage, que será apoiado com o recurso arrecadado.



A opção de estruturar como um Programa de PD&I visa facilitar a organização inicial. Este deverá constar no Sage da Unidade com as diretrizes que serão realizadas por meio dos diversos projetos (conforme será descrito no [Item 8.2](#) do manual). A Unidade também poderá optar por editar portaria vinculando o recurso a ser arrecadado a um projeto específico, inscrito no Sage, ao invés de um programa.

- Unidade que optar por ter um único projeto de arrecadação, deverá incluir na portaria o número Sage conforme orientação do [item 6.1](#).
- Unidade que optar por intituir o programa, deverá cadastrar no Sage o “programa da unidade” e colocar o print da tela como anexo da portaria.



Somente o administrador do sistema na Unidade tem acesso para o cadastro de programas.

Exemplo

Nome: Programa de P,D&I do IOC

Descrição: Este Programa tem como objetivo arrecadar recursos mediante a prestação de serviços técnicos especializados que serão utilizados por meio de acordos específicos (AEPI) no fomento à cadeia de P,D&I da Unidade e que envolverá.....

A depender do portfólio de serviços técnicos especializados a serem descritos na portaria, nem sempre será possível estimar valor a ser arrecadado. Tal informação será atualizada no decorrer do processo.



Trata-se de medida de integridade pois é vedada à Fiotec a abertura de uma conta bancária para recebimento de recursos de terceiros sem vinculação a projeto ou programa específico.

O [Anexo 8.2](#) apresenta uma sugestão de portaria, a ser adaptada, sendo certo que a Fiotec (setor de iniciação e assessoria jurídica) precisa ter ciência dos termos da Portaria previamente à assinatura pela Direção da unidade, pois suas atribuições são citadas.

Não é necessária análise prévia da PF sobre a Portaria, entretanto o órgão poderá ser consultado em razão de alguma dúvida jurídica específica e devidamente explicitada em despacho no respectivo processo SEI!

2º ETAPA

Unidade envia ofício à Fiotec dando ciência sobre a Portaria e solicitando abertura de conta para arrecadação de recursos provenientes da prestação de serviços técnicos especializados (modelo no [Anexo 8.3](#)).

3º ETAPA

Unidade negocia com o (s) solicante (s) e Fiotec para a prestação dos serviços técnicos especializados. Essa negociação deverá ser formalizada por meio de contrato de prestação de serviços cujo modelo institucional aprovado pela Gestec/VPPIS e Procuradoria Federal encontra-se no [Anexo 8.4](#). O [Anexo 8.4a](#) informa um check list da documentação exigida das partes.



Mediante justificativa, poderão ser admitidas modificações no modelo institucional aprovado ou a utilização de outros modelos de instrumento jurídico, desde que sejam submetidos previamente a análise e parecer da Gestec/VPPIS e Procuradoria Federal.



As Unidades devem zelar pela integridade na relação com os solicitantes e evitar cláusulas abusivas.

Não é necessária análise prévia da Procuradoria Federal junto à Fiocruz sobre o contrato de prestação de serviços com os solicitantes, caso estejam integralmente nos termos do modelo contratual específico pré-aprovado pela Procuradoria Federal. O [Anexo 8.4b](#) apresenta modelo para instrução dessa dispensa de submissão à PF, entretanto a mesma poderá ser consultada em razão de alguma dúvida jurídica específica e devidamente explicitada no despacho do processo SEI!.

Cabe destacar as orientações contidas na [Portaria PRES N° 1305](#), de 23 de novembro de 2022, conforme abaixo:

Art. 4º A formalização da prestação de serviços técnicos e especializados de que trata esta Portaria dar-se-á sempre de forma expressa e por escrito, mediante manifestação formal do NIT da Unidade no processo administrativo ou, na sua ausência, da Gestec/VPPIS, por meio de instrumento específico a ser firmado entre a Unidade e o interessado, que corresponderá a modelos institucionais aprovados pela Gestec/VPPIS e Procuradoria Federal, e que deverão dispor sobre:

- I. Contrapartida para a prestação de serviços técnicos e especializados por prazo determinado, com intuito de cobrir os gastos de utilização de insumos e reagentes, recursos humanos, manutenção geral, infraestrutura utilizada, depreciação dos equipamentos envolvidos, entre outros, e ressarcir a utilização dos ativos intangíveis e do capital intelectual da Fiocruz, proporcionando recursos para reinvestimento em atividades institucionais de pesquisa e inovação;
- II. Confidencialidade ou sigilo em relação a informações a que empresas, organizações ou pessoas físicas interessadas, porventura, terão acesso na execução do contrato;
- III. responsabilidade limitada da Fiocruz sobre o resultado da prestação de serviços; e
- IV. A vedação da utilização de nomes, marcas, registradas ou não, logotipos, símbolos, ou outras designações da Fiocruz, exceto no caso de aprovação prévia por escrito.



4ª ETAPA (concomitante às anteriores)

Abertura de processo administrativo no SEI! que deverá conter ao seu final:

- A portaria e o ofício que regulam a arrecadação ([Anexo 8.2](#) e [Anexo 8.3](#));
- Todos os contratos de prestação de serviços que regulam a relação com os solicitantes.



A PORTARIA Nº 1305, de 23 de novembro de 2022 definiu em seu Art. 9º que: O montante correspondente a 20 (vinte)% do valor a ser cobrado do contratante de cada prestação de serviço de que trata esta Portaria será destinado para o(s) programa(s) institucional(is) de fomento e indução à inovação da Presidência. Para isto, a Fiotec destinará tal percentual para outra conta de arrecadação a ser executada em programa de fomento da Presidência.

8.2. ORIENTAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO RECURSO ARRECADADO POR MEIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS

O coordenador indicado no ofício de solicitação de abertura de conta monitora a entrada dos recursos do Programa e ao alcançar valor arrecadado suficiente e/ou exista recurso a ser recebido, já oficializado em contratos de prestação de serviços assinados com solicitantes, inicia a formalização de um projeto com recurso definido, metas quantificáveis, prazo de execução, etc.

A unidade poderá designar outros coordenadores para execução do projeto dos recursos arrecadados.



Os recursos arrecadados deverão ser aplicados exclusivamente em objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo a carteira de projetos institucionais e a gestão da política de inovação, observado o disposto na Portaria nº 1305/2022-PR, que trata da prestação de serviços técnicos especializados e na Portaria nº 1286/2018-PR, que estabelece a Política de Inovação da Fiocruz. Os projetos específicos para utilização dos recursos arrecadados de que trata este item somente poderão ser formalizados quando existir recurso suficiente para a execução de uma ação, em sua totalidade. Ou seja, não é possível iniciar uma ação e a mesma ser interrompida por que a Unidade não arrecadou o previsto.

Esse projeto para execução dos recursos arrecadados deverá ser formalizado entre Unidade e Fiotec, por meio do Acordo de execução de atividades de apoio à projeto de PD&I (AEPI). O AEPI é o instrumento contratual desenvolvido para regular a execução dos projetos de PD&I financiados com recursos que já foram arrecadados pela Fiotec.



O AEPI, acompanhado do Ofício de encaminhamento do projeto básico e memória de cálculo, deverá conter todas as informações necessárias à correta utilização do recurso pela Fiotec (é uma adaptação da minuta contratual do item 5 desse manual pois, neste caso, o recurso para execução do acordo já estará na Fiotec ou terá sido previsto nos instrumentos contratuais com os solicitantes).



Além da orientação processual abaixo, cada Unidade deve adotar, de acordo com sua especificidade, outros fluxos internos de regulação. Adicionalmente, caso a Unidade pretenda utilizar os recursos arrecadados em um projeto com um parceiro externo, deverá ser formalizado um Acordo de Parceria para regular esta relação, observado o disposto no art. 9º da Lei de Inovação e regulamentações internas, o fluxo interno da Unidade e com a assessoria do respectivo NIT.

1ª ETAPA

Envio de ofício da unidade ([Anexo 8.5](#)) à Fiotec (iniciação) solicitando a apresentação da proposta para apoio à execução de projeto de PD&I. Este ofício deverá conter ainda:

- Projeto Básico e memória de cálculo devidamente aprovados pelo diretor da Unidade, conforme orientações nos [Anexo 8.6](#) e [Anexo 8.6a](#).
- Parecer do NIT da Unidade informando que o objeto do projeto básico se enquadra no escopo do art. 8º da Lei de Inovação.
- Minuta do AEPI para análise da gerencia jurídica da Fiotec
- O Projeto Básico deve conter o número Sage do cadastro do AEPI, conforme descrito no item 6.1 deste manual.

Além disso, na fase do cadastro, o analista Fiocruz avança para a etapa 3 "Informações adicionais à iniciativa" e faz a vinculação ao programa da unidade , previamente cadastrado.



The top screenshot displays the 'Cadastrar Iniciativa' form in the SAGE system. It features a progress bar with three steps: 'Dados da Programação' (1), 'Cadastro de Despesas' (2), and 'Informações Adicionais' (3). Below the progress bar, there are tabs for 'Informações Gerais', 'Cadastro do Projeto', 'Equipe do Projeto', and 'Produtos Selecionados'. The 'Informações Gerais' tab is active, showing a dropdown menu for 'Subárea' with the selected option 'COPLAN/COGEPLAN - COORDENACAO DE PROGRAMACAO E ORCAMENTO'. Below this, there is a section for 'Iniciativa do Tipo' with radio buttons for 'Operação' and 'Projeto', where 'Projeto' is selected.

The bottom screenshot shows the 'Vincular Iniciativa a Programas e Redes da Unidade' screen. It includes a search bar with 'resultados por página' and a search input field. Below the search bar is a table with columns for 'Descrição' and 'Opções'. The table lists two programs: 'Programa Jovens Pesquisadores 2' and 'Programa Unidade Fiotec'. The 'Programa Unidade Fiotec' row is selected, indicated by a checkmark in the 'Opções' column. At the bottom of the screen, there are buttons for 'Página Anterior', 'Próxima Página', 'Salvar Rascunho', and 'Publicar'.

Observação

Essa medida de vinculação é essencial para darmos transparência e permitir rastreabilidade do uso do recurso arrecadado.

2ª ETAPA

- Ofício do diretor da Unidade solicitando proposta da Fiotec e designando servidor Fiocruz ativo como coordenador;
- Projeto Básico e memória de cálculo assinado pelo diretor e coordenador;
- Parecer do NIT da Unidade informando que o objeto do projeto básico se enquadra no escopo do art. 8º da Lei de Inovação
- Proposta da Fiotec, dentro da validade, datada e assinada pelo seu representante legal e com o "de acordo" do Diretor da Unidade ou do coordenador do projeto;
- Instrumento jurídico AEPI ([Anexo 8.7](#)) devidamente assinado.

Observação

A vigência do AEPI será de até 5 anos podendo ser prorrogado no limite do Programa/ Projeto de PD&I apoiado.



Não é necessária análise prévia da PF sobre o AEPI, caso estejam integralmente nos termos do modelo contratual específico pré-aprovado pela Procuradoria Federal contido no [Anexo 8.7](#), entretanto a mesma poderá ser consultada em razão de alguma dúvida jurídica específica e devidamente explicitada no despacho.



3ª ETAPA

Unidades deverão encaminhar à Fiotec uma cópia do AEPI assinado e dar publicidade ao ato em sua página na internet.

4ª ETAPA

Prestação de contas do AEPI e encerramento do processo administrativo na Fiocruz.

A base legal encontra-se no **Decreto 7.423/2010**:

Art. 11. A instituição apoiada deve incorporar aos contratos, convênios, acordos ou ajustes firmados com base na **Lei nº 8.958**, de 1994, a previsão de prestação de contas por parte das fundações de apoio.

§ 1º A prestação de contas deverá abranger os aspectos contábeis, de legalidade, efetividade e economicidade de cada projeto, cabendo à instituição apoiada zelar pelo acompanhamento em tempo real da execução físico-financeira da situação de cada projeto e respeitar a segregação de funções e responsabilidades entre fundação de apoio e instituição apoiada.

§ 2º A prestação de contas deverá ser instruída com os demonstrativos de receitas e despesas, cópia dos documentos fiscais da fundação de apoio, relação de pagamentos discriminando, no caso de pagamentos, as respectivas cargas horárias de seus beneficiários, cópias de guias de recolhimentos e atas de licitação.

§ 3º A instituição apoiada deverá elaborar relatório final de avaliação com base nos documentos referidos no § 2º e demais informações relevantes sobre o projeto, atestando a regularidade das despesas realizadas pela fundação de apoio, o atendimento dos resultados esperados no plano de trabalho e a relação de bens adquiridos em seu âmbito.

Cabe destacar que devido ao volume das informações contidas no § 2, há consenso com órgãos de controle de que os documentos fiscais da fundação de apoio, relação de pagamentos e cópias de guias de recolhimentos e atas de licitação ficam sob guarda da Fiotec.

A prestação de contas parcial deve ser realizada anualmente: coordenador elabora relatório técnico com os resultados alcançados, anexa o relatório financeiro da Fiotec, inclui no SEI! e envia para ciência ao NIT da unidade.

Para a prestação de contas final e encerramento do processo SEI na Fiocruz, a unidade deve atender às etapas seguintes:

5ª ETAPA

Fiotec envia relatório financeiro final de prestação de contas para o coordenador, em até 60 dias após o término do AEPI. Também será enviada cópia para os Escritórios de Projetos para acompanhamento.



6ª ETAPA

Coordenador: (i) valida o relatório financeiro final; (ii) adjunta o relatório técnico final (pode-se usar o [Anexo 5.4.a](#), adaptado) com as metas comprovadas de forma inequívoca e documentos comprobatórios da execução física anexados; Além disso, deverá fazer parte do relatório técnico final a comprovação do registro do recebimento dos bens adquiridos à área de Patrimônio, quando couber. Na relação dos bens deverá constar a marca, o modelo, o número de série, o número de tombamento e o local onde o bem está alocado.



No final do relatório técnico o coordenador do projeto deve declarar se houve a correta e regular aplicação dos recursos do projeto, bem como se em sua execução foram adotados os princípios públicos que norteiam a aquisição de bens e serviços e que a comprovação dos documentos fiscais dos gastos incorridos no AEPI encontra-se disponível para consulta nos arquivos da Fiotec.

7ª ETAPA

O coordenador anexa ao processo SEI, em até 75 dias do encerramento do acordo, o relatório técnico e financeiro final, com os anexos citados acima, para ciência e apreciação do fiscal do AEPI.

8ª ETAPA

NIT dá ciência no Termo de Encerramento do AEPI e envia para a Direção da unidade, em até 15 dias.

9ª ETAPA

Direção da Unidade dá o “de acordo” no do Termo de Encerramento do AEPI, encaminha uma via desse termo e o relatório técnico final em até 10 dias para a Fiotec, email projetos-mce@fiotec.fiocruz.br e encaminha o processo para arquivamento.



O envio à Fiotec é essencial para que encerre a execução do AEPI.

8.3. ELABORAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE ADITIVOS E APOSTILAMENTOS

O aditamento do AEPI é um instrumento legal utilizado para proceder a alteração de cláusulas acordadas.



No caso de aditivo para prorrogação do prazo de vigência, em razão da necessidade de readequação do cronograma de execução, a Unidade deverá esclarecer o motivo da não realização das atividades na forma inicialmente pactuada, enumerar as atividades executadas e as pendentes e identificar o que já foi pago e o saldo remanescente. Também deverão ser anexados, aos autos, os relatórios das atividades já executadas. A justificativa para a prorrogação deverá ser elaborada de forma detalhada pelo coordenador e ter a concordância do diretor da Unidade.



Não é necessária análise prévia da Procuradoria Federal da Fiocruz sobre os aditivos, entretanto a mesma poderá ser consultada em razão de alguma dúvida jurídica específica e devidamente explicitada no despacho.

Atenção: o prazo de prorrogação permitido para o a AEPI é de 12 meses e o valor não poderá exceder 100% do originalmente pactuado.

A prorrogação dos AEPI com a Fiotec deverá obedecer as exigências abaixo relacionadas na instrução processual

- a. manifestação formal de interesse e justificativa técnica do coordenador do projeto devidamente autorizado pelo diretor da Unidade e anuído pela Fiotec;
- b. anexação da alteração ou adequação do Projeto Básico e suas metas/atividades/cronograma, em caso de alteração de valor acordado e/ou de prazo, devidamente autorizado pelo diretor da unidade;
- c. anexação de proposta de execução de atividades de apoio da Fiotec contemplando a alteração ou adequação do Projeto Básico para os casos de aditivo de valor acordado ou de prazo; em se tratando de aditivo de prazo e valores, a DOA (despesa operacional e administrativa) da Fiotec poderá ser revista a partir de critérios acordados entre as partes;
- d. assinatura do aditivo pelos representantes da Fiocruz e da Fiotec e publicização do mesmo na página da Unidade (o [Anexo 8.8](#) apresenta uma minuta de aditivo).

Observação: para evitar a tramitação excessiva de aditivos de valor, em comum acordo com setor de iniciação da Fiotec, laboratórios da Fiocruz que prestam serviços técnicos especializados poderão fazer um único AEPI com metas de fomento ao P,D&I do laboratório.

O apostilamento é um ato administrativo composto por anotação ou registro que não modifica as cláusulas contratuais. Utilizar a mesma orientação do [Item 5.4.2](#), adaptado e no que couber.

CAPÍTULO 9

Orientações Jurídico- Administrativas

para arrecadação mediante produção e fornecimento de vacinas, medicamentos, e outros insumos e serviços para a saúde e apoio a projetos de pd&i com o recurso arrecadado



A Fiotec poderá receber diretamente de terceiros os recursos oriundos da produção e fornecimento de insumos e serviços para a saúde conforme alteração realizada na [Lei 8.958/94](#) em janeiro de 2019 pela [Lei 13.801/19](#).

Art. 1º

§ 3º - A. No caso da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), na condição de ICT, o convênio ou contrato com a fundação de apoio, de que trata o caput deste artigo, poderá abranger o apoio a projetos de produção e fornecimento de vacinas, medicamentos e outros insumos e serviços para a saúde, nos termos das competências da Fiocruz, aplicando-se a esses projetos o disposto no art. no § 1º do art. 3º desta Lei. 3º § 1º do desta Lei.

Art. 3º

§ 1º As fundações de apoio, com a anuência expressa das instituições apoiadas, poderão captar e receber diretamente os recursos financeiros necessários à formação e à execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, sem ingresso na Conta Única do Tesouro.

Considera-se "terceiro" a instituição (pessoa jurídica) pública ou privada que contratualize com a Fiocruz, por intermédio da Fiotec, para a produção e fornecimento de vacinas, medicamentos e outros insumos e serviços para a saúde. Doravante será chamado de "solicitante".



Cabe destacar que uma Unidade da Fiocruz não pode ser solicitante de outra Unidade da Fiocruz.

Essa perspectiva legal se adequa à Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo Federal que em seu contexto, trata de ações prioritárias envolvendo as ICTs, tais quais: fortalecimento da pesquisa científica básica e tecnológica produzida pelas ICTs; estímulo à interação entre ICTs e empresas; incentivo à cooperação internacional com países e instituições líderes nas áreas estratégicas.

Trata-se de legislação aprovada no Congresso Nacional específica para a relação entre Fiocruz e Fiotec por isso é fundamental a clareza sobre sua utilização.

- A principal motivação do Projeto de [Lei 10.998/2018](#) foi garantir segurança jurídica ao processo de demandas internacionais expressivas e urgentes para a exportação da vacina contra Febre Amarela em acordos com Opas e Unicef;
- É vedada a utilização dessa Lei para fornecer vacinas, medicamentos, insumos e serviços de saúde desempenhando papel de natureza concorrencial e/ou comercial no mercado.

Exemplos de "insumos e serviços para a saúde" que as Unidades da Fiocruz poderão produzir e fornecer pra os solicitantes: kits e reagentes para diagnóstico; serviços hospitalares e ambulatoriais para o SUS; biotérios de produção (experimentação e cobais); serviços de controle de qualidade do INCQS; material biológico das coleções; análise de água e esgoto; dentre outros.



Segue orientação jurídico-administrativa da contratualização entre Fiocruz e Fiotec para esse arcabouço jurídico.

Esta modalidade de contratação é segmentada e pode ocorrer simultaneamente sendo certo que o recurso arrecadado somente poderá ser utilizado quando o Acordo para Execução de Projeto de Inovação (AEPI) do item 9.2 estiver vigente

9.1 Arrecadação do recurso proveniente da produção e fornecimento de vacinas, medicamentos e outros insumos e serviços para a saúde: (i) portaria da Unidade autorizando a Fiotec a receber diretamente o recurso; (ii) contratos, acordos ou convênios realizados com o (s) solicitante (s);

9.2 Utilização do recurso arrecadado pelo fornecimento de vacinas, medicamentos e outros insumos e serviços para a saúde: Acordo para Execução de Projeto de Inovação (AEPI) e respectivo projeto básico com memória de cálculo.

Importante: para alinhamento da linguagem o termo "prestação de serviços" se refere ao item 8 deste manual que trata da prestação de serviços técnicos especializados e o termo "produção e fornecimento", inclusive de serviços para a saúde, se refere ao item 9.

9.1. ORIENTAÇÃO PARA ARRECADAÇÃO DO RECURSO PROVENIENTE DA PRODUÇÃO E FORNECIMENTO DE VACINAS, MEDICAMENTOS E OUTROS INSUMOS E SERVIÇOS PARA A SAÚDE

1ª ETAPA

Diretores das Unidades, em observância ao convenio atual que regulamenta as condições gerais em que a Fiocruz pode celebrar acordos, convênios, contratos e demais instrumentos congêneres com a participação da Fiotec, edita portaria que institui o Programa de arrecadação da Unidade e autoriza a Fiotec a arrecadar recursos conforme [Lei 13.801/19](#).

Essa portaria deverá contemplar:

- A autorização para a Fiotec receber diretamente o recurso arrecadado junto aos "solicitantes";
- O rol de vacinas, medicamentos, insumos e serviços para a saúde que serão fornecidos por aquela Unidade, sendo vedado o fornecimento de natureza concorrencial com o mercado.
- O fluxo e instrumentos de comunicação entre a Unidade, Fiotec e "solicitante";
- As responsabilidades das partes;



A opção de estruturar como um Programa de PD&I foi para facilitar a organização inicial. Este deverá constar no Sage da Unidade, conforme print a seguir com a descrição do que será realizado por meio dos diversos projetos (**Item 9.2** do manual). A Unidade poderá optar por editar portaria vinculando o recurso a ser arrecadado a um projeto específico, inscrito no Sage, ou a um programa.

Exemplo de preenchimento no Sage – somente com acesso de administrador do sistema:

Exemplo

Nome: Programa de P,D&I de Biomanguiños

Descrição: Este Programa tem como objetivo arrecadar recursos conforme previsão da Lei 13.901/19 que serão utilizados por meio de acordos específicos (AEPI) no fomento à cadeia de P,D&I da Unidade e que envolverá.....

A depender do portfólio de serviços técnicos especializados a serem descritos na portaria, nem sempre será possível estimar valor a ser arrecadado. Tal informação será atualizada no decorrer do processo.

Trata-se de medida de integridade pois é vedada à Fiotech a abertura de uma conta bancária sem vinculação a projeto ou programa específico.

O **Anexo 9.1** apresenta uma sugestão de portaria, a ser adaptada, sendo certo que a Fiotech (setor iniciação e assessoria jurídica) precisa ter ciência dos termos da Portaria previamente à assinatura pela Direção da Unidade, pois suas atribuições são citadas.

Não é necessária análise prévia da Procuradoria Federal junto à Fiocruz sobre a Portaria, entretanto a mesma poderá ser consultada em razão de alguma dúvida jurídica específica e devidamente explicitada no despacho.

2º ETAPA

Unidade envia ofício à Fiotech solicitando abertura de conta para arrecadação de recursos provenientes da produção e fornecimento de vacinas, medicamentos, insumos ou serviços para a saúde (modelo no **Anexo 9.2**).



3ª ETAPA

Unidade negocia com o (s) solicitante (s) e Fiotech para o fornecimento dos itens. Essa negociação pode ser por vários instrumentos: contrato, acordo, convenio, termo de aceite. Tal definição deverá estar na portaria de arrecadação ([Anexo 9.1](#)) da Unidade.



As Unidades devem zelar pela integridade na relação com os solicitantes e evitar cláusulas abusivas no fornecimento de vacinas, medicamentos, insumos e serviços de saúde.

Não é necessária análise prévia da Procuradoria Federal da Fiocruz sobre os instrumentos com os solicitantes, entretanto a mesma poderá ser consultada em razão de alguma dúvida jurídica específica e devidamente explicitada no despacho.

4ª ETAPA (concomitante à anterior)

Abertura de processo administrativo que deverá conter:

- A portaria e ofício que regulam a arrecadação ([Anexo 9.1](#) e [Anexo 9.2](#));
- Todos os instrumentos (contratos, termos de aceite etc.) que regulam a relação com o solicitante.

9.2. ORIENTAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO RECURSO ARRECADADO PROVENIENTE DA PRODUÇÃO E FORNECIMENTO DE VACINAS, MEDICAMENTOS, INSUMOS E SERVIÇOS DE SAÚDE

O coordenador indicado no ofício de solicitação de abertura de conta ([Anexo 9.2](#)) monitora a entrada dos recursos do Programa e ao alcançar valor arrecadado suficiente e/ou exista recurso a ser recebido, já oficializado em instrumentos assinados com solicitantes, inicia a formalização de um projeto com recurso definido, metas quantificáveis, prazo de execução, etc.

A unidade poderá designar outros coordenadores para execução dos projeto dos recursos arrecadados.



É vedada a utilização de recurso que não promova a entrega de algum produto de fomento à cadeia de PD&I. Ou seja, não é possível iniciar uma ação e a mesma ser interrompida, sem nenhuma entrega, por que a unidade não arrecadou o que era previsto.



O projeto para execução dos recursos arrecadados deverá ser formalizado entre Unidade e Fiotec, por meio do **Acordo de execução de atividades de apoio à projeto de PD&I (AEPI)**. O AEPI (minuta no **Anexo 9.5**) é um instrumento contratual desenvolvido para regular a execução dos projetos de PD&I financiados com recursos que já se encontram na Fiotec.

O AEPI, acompanhado do Ofício de encaminhamento do projeto básico e memória de cálculo, deverá conter todas as informações necessárias à correta utilização do recurso pela Fiotec (é uma adaptação da minuta contratual do **Item 5** desse manual pois, neste caso, o recurso para execução do acordo já estará na Fiotec ou terá sido previsto nos instrumentos contratuais com os solicitantes).



Além da orientação processual abaixo, cada unidade deve adotar, de acordo com sua especificidade, outros fluxos internos de regulação.

1ª ETAPA

Envio de ofício da unidade (**Anexo 9.3**) à Fiotec (iniciação) solicitando a apresentação da proposta para apoio à execução de projeto de PD & I. Este ofício deverá conter:

- Projeto Básico e memória de cálculo devidamente aprovados pelo diretor da Unidade, conforme orientações no **Anexo 9.4**.
- Parecer anexado do Sistema Gestec/Nit informando que o objeto do projeto básico se enquadra nas ações de PD&I da Unidade;
- O Projeto Básico deve conter o número Sage do cadastro do AEPI, conforme descrito no **item 6.1** deste manual.

The top screenshot shows the 'Cadastrar Iniciativa' form with a progress bar indicating three steps: 'Dados da Programação', 'Cadastro de Despesas', and 'Informações Adicionais'. The bottom screenshot shows the 'Vincular Iniciativa a Programas e Redes da Unidade' section, where a table lists available programs for selection. The 'Programa Unidade Fiotec' is selected with a checkmark.

Além disso, na fase do cadastro, o analista Fiocruz avança para a etapa 3 "Informações adicionais à iniciativa" e faz a vinculação ao programa da unidade, previamente cadastrado.

Observação

Essa medida de vinculação é essencial para darmos transparência e permitir rastreabilidade do uso do recurso arrecadado.



2ª ETAPA

Abertura de processo administrativo, que deverá conter, ao finalizar essa etapa da contratualização, todos os itens abaixo relacionados:

- a. Ofício do diretor da Unidade solicitando proposta da Fiotec e designando servidor Fiocruz ativo como coordenador ([Anexo 9.3](#));
- b. Projeto Básico e memória de cálculo assinado pelo diretor e coordenador ([Anexo 9.4](#) e [Anexo 9.4 a](#));
- c. Parecer do Sistema Gestec/Nit informando que o objeto do projeto básico se enquadra nas ações de P,D & I da Unidade;
- d. Proposta da Fiotec, dentro da validade, datada e assinada pelo seu representante legal e com o "de acordo" do Diretor da Unidade ou do coordenador do projeto;
- e. Instrumento jurídico AEPI ([Anexo 9.5](#)) devidamente assinado.

Observação

A vigência do AEPI será de até 5 anos podendo ser prorrogado no limite do Programa de PD&I apoiado.

Não é necessária análise prévia da Procuradoria Federal da Fiocruz sobre o AEPI, entretanto a mesma poderá ser consultada em razão de alguma dúvida jurídica específica e devidamente explicitada no despacho.

3ª ETAPA

Unidades deverão encaminhar à Fiotec uma copia do AEPI assinado e dar publicidade ao ato em sua página na internet.



9.2.1 Prestação de contas do AEPI e encerramento do processo administrativo na Fiocruz

A base legal encontra-se no **Decreto 7.423/2010**:

Art. 11. A instituição apoiada deve incorporar aos contratos, convênios, acordos ou ajustes firmados com base na **Lei nº 8.958**, de 1994, a previsão de prestação de contas por parte das fundações de apoio.

§ 1º A prestação de contas deverá abranger os aspectos contábeis, de legalidade, efetividade e economicidade de cada projeto, cabendo à instituição apoiada zelar pelo acompanhamento em tempo real da execução físico-financeira da situação de cada projeto e respeitar a segregação de funções e responsabilidades entre fundação de apoio e instituição apoiada.

§ 2º A prestação de contas deverá ser instruída com os demonstrativos de receitas e despesas, cópia dos documentos fiscais da fundação de apoio, relação de pagamentos discriminando, no caso de pagamentos, as respectivas cargas horárias de seus beneficiários, cópias de guias de recolhimentos e atas de licitação.

§ 3º A instituição apoiada deverá elaborar relatório final de avaliação com base nos documentos referidos no § 2º e demais informações relevantes sobre o projeto, atestando a regularidade das despesas realizadas pela fundação de apoio, o atendimento dos resultados esperados no plano de trabalho e a relação de bens adquiridos em seu âmbito.

Cabe destacar que devido ao volume das informações contidas no § 2, há consenso com órgãos de controle de que os documentos fiscais da fundação de apoio, relação de pagamentos e cópias de guias de recolhimentos e atas de licitação ficam sob guarda da Fiotec.

9.2.1.1 Prestação de contas parcial

Anualmente coordenador elabora relatório técnico com os resultados alcançados, anexa o relatório financeiro da Fiotec, inclui no SEI e envia ciência do NIT que fará o acompanhamento dos resultados pois se trata de projeto de PD&I.

9.2.1.2 Prestação de contas final e encerramento do processo SEI na Fiocruz

1º ETAPA

Fiotec envia relatório financeiro final de prestação de contas para o coordenador, em até 60 dias após o término do AEPI. Também será enviada cópia para os Escritórios de Projetos para acompanhamento.



2ª ETAPA

Coordenador: (i) valida o relatório financeiro final; (ii) adjunta o relatório técnico final (pode-se usar o [Anexo 5.4.a](#), adaptado) com as metas comprovadas de forma inequívoca com documentos comprobatórios da execução física como anexos; Além disso, deverá fazer parte do relatório técnico final a comprovação do registro do recebimento dos bens adquiridos à área de Patrimônio, quando couber. Na relação dos bens deverá constar a marca, o modelo, o número de série, o número de tombamento e o local onde o bem está alocado.



No final do relatório técnico o coordenador do projeto deve declarar se houve a correta e regular aplicação dos recursos do projeto, bem como se em sua execução foram adotados os princípios públicos que norteiam a aquisição de bens e serviços e que a comprovação dos documentos fiscais dos gastos incorridos no AEPI encontra-se disponível para consulta nos arquivos da Fiotec.

3ª ETAPA

O coordenador anexa ao processo SEI, em até 75 dias do encerramento do acordo, o relatório técnico e financeiro final, com os anexos citados acima, para ciência e apreciação do fiscal do AEPI.

4ª ETAPA

O Fiscal do AEPI analisa a documentação constante no processo SEI de contratação da Fiotec, atesta a regularidade das despesas realizadas, os resultados alcançados e a relação de bens adquiridos e o encaminha em até 90 dias do encerramento do AEPI, para ciência do NIT, pois os resultados se referem à PD&I.

5ª ETAPA

NIT dá ciência no Termo de Encerramento do AEPI e envia para a Direção da Unidade, em até 15 dias.

6ª ETAPA

Direção da Unidade dá o "de acordo" no do Termo de Encerramento do AEPI, encaminha uma via desse termo e o relatório técnico final em até 10 dias para a Fiotec, email projetos-mce@fiotec.fiocruz.br e encaminha o processo para arquivamento.



O envio à Fiotec é essencial para que encerre internamente a execução do AEPI.



9.3. ELABORAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE ADITIVOS E APOSTILAMENTOS

O aditamento do AEPI é um instrumento legal utilizado para proceder a alteração de cláusulas acordadas.

No caso de aditivo para prorrogação do prazo de vigência, em razão da necessidade de readequação do cronograma de execução, a unidade deverá esclarecer o motivo da não realização das atividades na forma inicialmente pactuada, enumerar as atividades executadas e as pendentes e identificar o que já foi pago e o saldo remanescente. Também deverão ser anexados, aos autos, os relatórios das atividades já executadas. A justificativa para a prorrogação deverá ser elaborada de forma detalhada pelo coordenador e ter a concordância do diretor da unidade.

A prorrogação dos AEPI com a Fiotec deverá obedecer as exigências abaixo relacionadas na instrução processual

- a. manifestação formal de interesse e justificativa técnica do coordenador do projeto devidamente autorizado pelo diretor da Unidade e anuído pela Fiotec;
- b. anexação da alteração ou adequação do Projeto Básico e suas metas/atividades/cronograma, em caso de alteração de valor acordado e/ou de prazo, devidamente autorizado pelo diretor da unidade;
- c. anexação de proposta de execução de atividades de apoio da Fiotec contemplando a alteração ou adequação do Projeto Básico para os casos de aditivo de valor acordado ou de prazo; em se tratando de aditivo de prazo e valores, a DOA (despesa operacional e administrativa) da Fiotec poderá ser revista a partir de critérios acordados entre as partes;
- d. assinatura do aditivo pelos representantes da Fiocruz e da Fiotec e publicização do mesmo na página da Unidade.



O prazo de prorrogação permitido para o AEPI é de 12 meses e o valor não poderá exceder 100% do originalmente pactuado.

O apostilamento é um ato administrativo composto por anotação ou registro que não modifica as cláusulas contratuais. Utilizar a mesma orientação do [Item 5.4.2](#), adaptado e no que couber.

CAPÍTULO 10

Orientações Jurídico- Administrativas

para apoio a projetos com
recurso arrecadado junto
a agentes financiadores
internacionais



Esta modalidade é mais flexível que as anteriores por ser dependente das regras do financiador internacional e, também por isso, é essencial que quaisquer possibilidades de financiamento internacional, seja em projetos de rede, parcerias, submissões e/ou recebimento de prêmios, a área de iniciação internacional da Fiotec esteja envolvida desde o início da negociação no e-mail: inceptionphase@fiotec.fiocruz.br.



A área de iniciação da Fiotec deve ser acionada desde as tratativas iniciais tendo conhecimento sobretudo de editais, manuais e regras de operação, a fim de verificar a elegibilidade da fundação de apoio, bem como separar os documentos a serem enviados para os organismos internacionais.

Poderão ser celebrados: (i) instrumento tripartite, preferencialmente ou (ii) termo de autorização da Fiocruz à Fiotec + contrato bipartite entre Fiotec e agente internacional.

Os seguintes pontos necessitam ser observados em todos os projetos com parceiros internacionais, independente da modalidade:

- É obrigatória a abertura de processo administrativo no SEI;
- Os documentos enviados para a Fiotec (Ofício, Projeto Básico e Memoria de Cálculo) devem estar na mesma moeda negociada para envio do recurso;
- Somente servidor ativo da Fiocruz pode ser cadastrado como "pesquisador principal" (PI), sendo vedado o cadastramento de alunos e/ou pesquisadores de outras instituições;

10.1. ORIENTAÇÕES GERAIS PARA O INSTRUMENTO TRIPARTITE

O processo de contratação se inicia após contatos com Fiotec e acerto do modelo estabelecido pelo agente financiador, e respectivos anexos.

Alguns pontos necessitam ser observados:

- É fundamental que as informações sobre atribuições da Fiotec constem na minuta contratual tripartite para que ela possa receber legitimamente o recurso, o que inclui realizar o câmbio e as devidas prestações de conta.
- Somente a Fiotec poderá redigir suas próprias atribuições.

A iniciativa do encaminhamento de uma proposta de financiamento internacional à Fiotec deve partir do pesquisador (coordenador do projeto) com autorização do Diretor de sua Unidade, através do ofício de encaminhamento ([anexo 6.1](#)).

Projetos negociados, previamente, sem a participação da Fiotec poderão sofrer ajustes posteriores para o efetivo enquadramento nas regras do Financiador, Fiocruz, Fiotec e legislação vigente.



1ª ETAPA

Realizada pela equipe de iniciação internacional da Fiotec:

- Contato com o financiador, objetivando esclarecer sobre relação com a Fiocruz, de acordo com os atos constitutivos;
- Resposta à due dilligence do financiador, com documentos de elegibilidade, cartas de suporte, declaração de retirada de overhead e demais documentos solicitados. Cada agente financiador internacional possui particularidades distintas, principalmente quando são de países diferentes;
- Negociação do instrumento contratual, prazos, valores, vigência, entregas, prestação de contas, uso dos rendimentos, auditorias, dentre outras cláusulas de cunho administrativo e financeiro, quando não há minuta padrão.

2ª ETAPA

Realizada pelo coordenador do projeto:

- Após validação das informações, o pesquisador encaminha para o NIT da unidade e posteriormente retorna para o jurídico da Fiotec fazer análise de risco.



As Unidades devem organizar fluxo interno envolvendo Sistema NIT/
Gestec sempre que pertinente.

3ª ETAPA

Realizada pela gestão da Unidade ou do projeto:

- Unidade abre, obrigatoriamente, processo administrativo no SEI, contendo: cadastro de Projeto internacional no SAGE, ofício de encaminhamento, memória de cálculos ou planilha orçamentária do financiador com termo de atesto e contrato assinado pelas partes.



Cadastrar a iniciativa como tipo Projeto, e as informações do projeto (título e descrição).

Cadastrar a despesa selecionando a fonte de receita “convênios internacionais tripartite” e o grupo de despesas “Projetos Fiotec”.

4ª ETAPA

Realizada pela Fiotec e coordenação do projeto:

- O processo de execução e de prestação de contas de cada instrumento tripartite firmado será realizado de acordo com as regras específicas do agente financiador. O encerramento do processo administrativo se dará conforme orientação no [item 10.4](#) sendo necessária a aprovação da prestação de contas (ou de acordo com a regra do agente financiador).

10.2. ORIENTAÇÕES GERAIS PARA O TERMO DE AUTORIZAÇÃO + CONTRATO BIPARTITE



Esta modalidade **SOMENTE DEVERÁ** ser utilizada quando o agente financiador possuir regras próprias de contratualização com Fundações de Apoio, direcionando a contratação a um único parceiro legal e não for possível utilizar o Instrumento Tripartite (exemplo: financiadores internacionais, Opas nacional e internacional, Contrato com Unicef).



A instrução processual está detalhada a seguir, sendo semelhante ao [item 10.1](#), com adaptações.

1ª ETAPA

Unidade encaminha à Fiotec o termo de autorização ([anexo 10](#)), ofício de encaminhamento ([anexo 6.1](#)), cadastro de projeto internacional ([anexo 10.1](#)) e memória de cálculo ou planilha orçamentária do financiador.

2ª ETAPA

Fiotec e agente financiador celebram instrumento jurídico para execução de projeto de interesse da Fiocruz, em comum acordo com a respectiva Unidade. Não é necessário o exame jurídico prévio da minuta do instrumento a ser firmado entre o agente externo e a Fiotec pela Procuradoria Federal.

3ª ETAPA

A Unidade abre, obrigatoriamente, processo administrativo no SEI, contendo:

- Termo de autorização de captação sugerido pela PF ([anexo 10](#)) e assinado pelo Diretor da unidade;
- Ofício da Unidade indicando servidor para coordenação e consultando o interesse da mesma em apoiar o projeto contendo o cadastro de projeto internacional e memória de cálculo/planilha orçamentária do agente financiador;
- Cópia do instrumento jurídico celebrado entre Fiotec e agente financiador especificando o número, o órgão concedente, a origem do recurso, o objeto e valor.



Além disso, a Unidade deverá cadastrar o projeto no Sage, conforme orientação no [item 10.1](#). Utilizaremos a despesa "convenio tripartite", pois mesmo o instrumento sendo bipartite, a relação contratual é tripartite.

1ª ETAPA

O processo de execução e de prestação de contas de cada instrumento firmado será realizado de acordo com as regras específicas de cada agente financiador. O encerramento do processo administrativo também se dará conforme orientação a seguir ([item 10.4](#)) sendo necessária a aprovação da prestação de contas (de acordo com a regra do agente financiador).



10.3. EXECUÇÃO DE PROJETOS INTERNACIONAIS

Os projetos internacionais tem especificidades em relação aos projetos com financiamento nacional, em especial:

- **Repasse do financiador**

O pagamento é feito de acordo com as instruções bancárias atualizadas a serem informadas pelo setor de câmbio da Fiotec; O momento do pagamento se dará conforme contrato do financiador, podendo ser: (i) por data previamente informada; (ii) por entrega de relatório técnico ou (iii) por adiantamento/reembolso.

- **Rescisão do contrato**

As regras de rescisão do contrato serão aplicadas conforme regra do financiador.

- **Aditivo contratual**

Em casos de alteração da vigência e/ou valor, a negociação pode ser feita entre PI, Fiotec e financiador e formalizada por amendment. Em caso apenas de extensão de vigência (no-cost extension), a formalização vai depender do critério estabelecido pelo financiador.

- **Distribuição de recurso entre as rubricas e compra de equipamentos**

A distribuição entre as rubricas deverá ser feita conforme contrato e alterada apenas em casos permitidos. Na ausência de informação, o financiador será consultado pela Fiotec sobre alteração e distribuição do recurso.

Em projetos com previsão contratual de compra de equipamentos, é necessário alinhamento prévio junto à Fiotec, anterior a compra.

A depender do contrato com o financiador, a doação do equipamento pode ocorrer de forma imediata pela Fiotec ou com prévia autorização do financiador, ou ainda após o fim da vigência.

10.4. PRESTAÇÃO DE CONTAS E ENCERRAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO NA FIOCRUZ

As prestações de contas internacionais devem ser realizadas em conformidade com os termos estabelecidos no contrato específico do projeto. Os requisitos e procedimentos podem variar dependendo das diretrizes do agente financiador envolvido. É necessário verificar as exigências do agente financiador para garantir a conformidade total com as normas e requisitos aplicáveis.

Após aprovação da prestação de contas e devolução do saldo remanescente para o financiador, nos casos em que há essa exigência, a Unidade deve enviar para a Fiotec o Termo de Encerramento.



É comum os agentes financiadores internacionais incluírem mecanismos de auditorias nessas contratações. Trata-se de averiguar se a execução dos recursos, metas e atividades foram implementados com eficácia e adequadas à consecução dos objetivos propostos.



Cabe aos agentes financiadores internacionais, independente de constar em contrato, determinar a necessidade ou periodicidade da auditoria: ao longo da execução, ao fim da execução ou após a execução do projeto.

Além disso, é o financiador que indica uma empresa independente específica para a realização da auditoria ou orienta a seleção pelo coordenador (via RCC, seguindo os trâmites normais da Fiotec).

Cabe destacar que este processo é realizado mediante ao acordo feito entre o agente financiador e o setor de iniciação de projetos internacionais da Fiotec.

CAPÍTULO 11

Orientações Jurídico- Administrativas sobre execução de projetos financiados com recursos designados pela **Justiça Brasileira**



11.1. APRESENTAÇÃO

Esta orientação estabelece etapas, critérios e regras relacionadas aos projetos estabelecidos entre Fiocruz, Fiotec e Ministério Público do Trabalho (MPT) e/ou Ministério Público Federal (MPF), intermediados pelo Escritório de Captação Fiocruz.

Os recursos são provenientes de decisões judiciais e/ou multas provenientes de descumprimentos de Termos de Ajuste de Conduta (TAC) do Ministério Público do Trabalho em favor da Fiocruz e cuja execução é apoiada pela Fiotec.

Baseia-se na legislação vigente e na Resolução Conjunta do Conselho Nacional de Justiça (“CNJ”) e do Conselho Nacional do Ministério Público (“CNMP”) n° 10 de 29 de maio de 2024 ([anexo 11.1](#)).

11.2. CONCEITOS

- **Ministério Público do Trabalho (MPT):**

Instituição responsável por promover a justiça trabalhista, fiscalizando o cumprimento das leis e defendendo os direitos dos trabalhadores. Atua na mediação de conflitos e no combate a irregularidades no ambiente de trabalho. Atua preventivamente - promovendo investigações e ações civis públicas contra práticas que violam os direitos dos trabalhadores; como de modo a reprimir as irregularidades no âmbito do trabalho em nossa sociedade. Possui também competência para atuar em negociações coletivas de trabalho, homologação de acordos e na mediação de conflitos entre trabalhadores e empregadores, sempre buscando o equilíbrio nas relações de trabalho e a promoção da justiça social.

- **Ministério Público Federal (MPF):**

Instituição responsável por defender os interesses públicos e garantir o cumprimento da Constituição e das leis federais. Atua em questões que envolvem o governo federal, como crimes contra a União, direitos humanos, meio ambiente, combate à corrupção e defesa de direitos fundamentais. Possui competência para promover ações civis e penais, investigar autoridades, atuar junto ao Judiciário em processos que envolvam a União e proteger o patrimônio público bem como em causas que envolvem populações indígenas, minorias, crimes transnacionais, entre outros.

- **Conselho Nacional de Justiça (CNJ):**

Órgão autônomo do Poder Judiciário brasileiro, criado em 2005 com a função de aprimorar o funcionamento da Justiça como um todo. Sua principal missão é o controle administrativo e financeiro dos tribunais, além da supervisão da atuação dos juízes e membros do judiciário. O CNJ não julga processos, mas pode investigar e aplicar sanções disciplinares. Também propõe políticas públicas e normas voltadas à modernização e à melhoria do acesso à Justiça.



- **Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP):**

Órgão de controle externo do Ministério Público, criado em 2004 pela **Emenda Constitucional nº 45**, que trouxe significativas mudanças no sistema judiciário brasileiro. Sua função principal é fiscalizar a atuação administrativa e financeira de todos os ramos do Ministério Público no Brasil, incluindo o MPT, o MPF, o Ministério Público Militar (MPM) e os Ministérios Públicos estaduais, garantindo transparência, eficiência e responsabilidade. O CNMP também supervisiona a conduta dos membros do MP, podendo aplicar sanções disciplinares quando necessário, e atua na criação de diretrizes e políticas institucionais para o Ministério Público como um todo. Criado para unificar a fiscalização e garantir que todas as esferas do Ministério Público sigam os mesmos padrões éticos e administrativos, mantendo uma atuação coordenada e harmônica em defesa da ordem jurídica e dos direitos fundamentais em diversas áreas de atuação.

- **Recursos provenientes de decisões judiciais e multas decorrentes do descumprimento de Termos de Ajuste de Conduta (TAC):**

Referem-se a valores que são cobrados em processos judiciais ou acordos extrajudiciais para reparar danos ou punir infrações. Os valores podem ser destinados para Fundos (vide Fundos de Direitos Difusos ou Fundo de Amparo ao Trabalhador) ou então para promoção direta de projetos que possuam o condão reparador de justiça social, promoção de direitos humanos em seu sentido lato, em seu eixo.

- **Recursos de decisões judiciais:**

São valores que uma parte é condenada a pagar por determinação de um juiz em um processo. Esses recursos podem ser destinados ao pagamento de indenizações, multas ou compensações por danos causados, como em casos de ações civis públicas, violação de direitos trabalhistas ou de consumidores, danos ambientais, entre outros.

- **Multas por descumprimento de TAC:**

O TAC é um acordo firmado entre uma empresa ou instituição e o Ministério Público ou outro órgão fiscalizador, com o objetivo de corrigir uma irregularidade sem a necessidade de um processo judicial. Caso a parte compromissada descumpra os termos do TAC, ela pode ser multada. Essas multas são previstas no próprio acordo e têm o objetivo de garantir o cumprimento das obrigações estabelecidas.

- **Formulário de Cadastro de Entidades MPT:**

Formulário, preenchido em conjunto quando necessário, informando resumidamente os propósitos, objetivos, impactos, orçamento, cronograma do projeto e os dados das instituições vinculadas ao projeto.

- **Termo de Recebimento de Bens ou Valores em Reparação a lesão ou a Danos Coletivos (“TERMO”):**

Documento assinado por Fiocruz, Fiotec e membro do MPT responsável pelo recurso a ser destinado detalhando valores e a forma do respectivo pagamento, especificações de prestação de contas e outras determinações vinculativas ao projeto que fora contemplado.



- **Notificação:**

Meio pelo qual o MPT/MPF se comunica com o Escritório de Captação/Fiotec/Coordenação do Projeto, usualmente solicitando maiores informações sobre a utilização do recurso e o andamento do projeto contemplado. Destaca-se que essa comunicação se dá única e exclusivamente por e-mail, razão pela qual se faz necessário manter o formulário com dados atualizados.

- **Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD):**

É um fundo público brasileiro criado pela [Lei nº 7.347/1985](#), que tem como objetivo financiar ações e projetos que visem a proteção e a reparação de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Esses direitos estão relacionados a interesses que não pertencem a uma única pessoa, mas a um grupo ou à sociedade como um todo, como o meio ambiente, o patrimônio cultural, a saúde pública e os direitos do consumidor. Alimentado por recursos provenientes de Multas ou Contribuições (Recursos do orçamento da União ou de outras fontes que possam ser destinadas ao fundo). Os recursos do FDD são utilizados para financiar projetos e ações que promovam a defesa desses direitos, como campanhas educativas, ações de recuperação ambiental, preservação do patrimônio cultural e ações de proteção ao consumidor, administrado pelo Ministério da Justiça, que é responsável pela destinação dos recursos conforme as demandas e necessidades sociais.

- **Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT):**

Fundo público brasileiro criado pela [Lei nº 7.998/1990](#), com o objetivo de financiar programas de proteção ao trabalhador que se encontra desempregado, assim como promover a geração de empregos e a qualificação profissional. Alvo de muitas críticas sobre a sua eficácia e dependência de recursos públicos para sua existência, impende destacar que o FAT possui diversas fontes de recurso e não somente as multas outrora mencionadas.

- **Projetos:**

Será considerado um projeto individualizado, a proposta apresentada que possua um único aporte/financiamento e um único objeto a ser realizado.

No âmbito da [Resolução nº 10](#), se faz necessária a criação de contas específicas para o recebimento dos recursos advindos de tais modalidades, sendo assim, a criação do projeto deve se ater ao recurso específico objeto do TERMO.

- **Programas:**

Será considerado um programa, a proposta apresentada que possua dois ou mais aportes/financiamentos para realização do mesmo objeto. Trata-se de um modelo de arrecadação com regramento específico.

É possível que um programa capte recurso para mais de um projeto, desde que tenham relação e/ou estejam previstos na Portaria que o regulariza.

Caso o programa tenha como objetivo a captação de recursos com fontes diversas e em atenção à resolução [CNJ/CNMP nº 10/2024](#), será necessária prévia autorização para utilização de conta única para recebimento de recursos do MPT.



11.3. INICIAÇÃO DE PROJETOS

11.3.1 Negociação/Captação

A captação e negociação com os procuradores responsáveis, em geral, é feita pelo Escritório de Captação da Fiocruz (EC).

Nos casos da captação/negociação ser feita diretamente pelo pesquisador, o mesmo deve entrar em contato com a Fiotec, assim que possível, para trâmites de regularização do recurso e informar o EC e o escritório de projetos da Unidade para ciência e acompanhamento.

Todos os projetos que envolvem o MPT e o MPF prescindem de uma justificativa fundamentada acerca do valor que será destinado para a Fiotec, em atenção ao exposto na Resolução Conjunta acima citada.

11.3.2 Elaboração de projetos e programas na Fiotec

- Projeto com recurso único: rito administrativo contido no [item 6](#) deste Manual
- Programa: considerar as 2 etapas a seguir

1ª ETAPA

Arrecadação dos recursos

Providenciar Portaria ([anexo 11.2](#)), inclusão no Sage (conforme descrito no [item 6](#)) e Ofício de Solicitação de Abertura de conta para que o programa seja cadastrado na FIOTEC e a conta liberada para recebimento dos diversos valores ([anexo 11.3](#)).

Observação: Para regularização do recurso, que porventura já tenha sido recebido no âmbito Fiotec, se faz necessária a criação de um TERMO, o qual deverá ser assinado pelos partícipes, nos moldes previamente estabelecidos na Resolução Conjunta e de acordo com esta orientação e determinações Fiocruz.

2ª ETAPA

Utilização dos recursos

Para que os recursos do programa possam ser utilizados, será necessário providenciar ofício de encaminhamento ([anexo 11.3](#)), projeto básico ([anexo 11.4](#)), memória de cálculos ([anexo 11.4a](#)) e Acordo de Execução de Projeto (AEP) ([anexo 11.5](#)), para cada projeto.

Observação 1: Cada projeto oriundo de um Programa terá seu pacote de documentos, conta de execução e ID exclusivos.

Observação 2: Para que o recurso captado seja transferido para a conta exclusiva de execução do projeto, é necessário que haja saldo total equivalente ao projeto ou previsão pelos instrumentos assinados (no caso de pagamento em parcelas).



11.3.3 Elaboração do instrumento entre as partes

Deverá ser firmado Termo de Recebimento de Bens ou Valores em Reparação a lesão ou a Danos Coletivos ("TERMO") entre a Fiocruz, Fiotec e a Procuradoria do Trabalho responsável, de acordo com [Resolução n. 10/2024](#).

O TERMO porém pode apresentar peculiaridades dos projetos e pode implicar em adaptações ao instrumento, inclusive para aditivos.

Todo TERMO passará pelas instâncias de verificação necessárias para que seja elaborado e executado da melhor forma possível. As instâncias são o Escritório de Captação e de Projetos da Fiocruz, Procuradoria Federal e as Gerências de Projetos e Jurídica da Fiotec.

11.3.4 Execução dos Projetos

11.3.4.1 Premissas:

- Os projetos em execução devem contar com um Acordo de Execução de Projetos contendo projeto básico e memória de cálculo onde estejam descritos: o objeto, objetivos específicos, as despesas e valores previstos no âmbito da execução e a vigência;
- As demandas solicitadas serão executadas em acordo com a memória de cálculo e projeto básico. Caso a coordenação apresente necessidades divergentes da memória de cálculo e consideradas em dissonância do objeto do projeto, será necessário apresentar justificativas específicas e, tal aquisição, somente ocorrerá após autorização expressa do responsável pela destinação.
- Nas hipóteses de negociação/captação lideradas pelo EC, essa interlocução de aprovação ocorrerá via EC, após a elaboração de justificativa pela coordenação do projeto e aprovação de tal justificativa pela Fiotec.
- Os recursos a serem executados dentro de um projeto, devem estar amparados no TERMO, conforme [item 3.3](#).
- A execução do projeto observará as disposições da [Lei nº 8958/94](#) regulamentada pelo [Decreto 7423/10](#).



Vedações no âmbito da execução de projetos:

De acordo com a Resolução Conjunta **CNJ/CNMP n° 10/2024**, restam vedados a utilização de bens e recursos advindos das fontes citadas para diversos direcionamentos, destacamos as seguintes:

Remuneração ou promoção pessoal, direta ou indiretamente, de membros ou servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público ou de integrantes das instituições, entidades ou órgãos beneficiários;

Pagamento a pessoas físicas, exceto se pré-aprovado mediante declaração do MP pelo Procurador ou em sua instância superior para bolsistas essencialmente indispensáveis à execução direta do projeto;

Taxa de administração, honorários ou verba similar, havendo necessária comprovação de Despesas Operacionais e Administrativas Fiotec para gestão dos projetos acompanhados desde o planejamento até prestação de contas final mediante apresentação de notas fiscais e/ou demais comprovantes direcionados a despesas com logística e infraestrutura proporcionais ao período de execução do projeto;

Destinatários de bens ou recursos que os tenham recebido anteriormente, mas tenham deixado de prestar integralmente as contas nos prazos assinalados no respectivo acordo ou termo de destinação, ou não as tenham aprovadas e destinatários de bens ou recursos que tenham deixado de aplicá-los na finalidade prevista.



11.3.4.2 Alterações do projeto em Execução:

- **Escopo**

No caso de necessidade de alterações no objeto, objetivos específicos, memória de cálculo e/ou plano de trabalho, o analista de execução solicitará à coordenação Fiocruz um ofício assinado, onde fique esclarecido: a motivação para as alterações propostas (justificativa), as atividades executadas, as novas atividades previstas e novo cronograma de execução e despesas em caso de alteração.

Este ofício será encaminhado pelo analista de execução para a equipe EC que seguirá com as medidas cabíveis para a aprovação de tal alteração no âmbito do MPT/MPF.

- **Vigência**

No caso de necessidade de alterações na vigência do instrumento estabelecido, o analista de execução solicitará à coordenação Fiocruz, um ofício onde fique esclarecido: o motivo da não realização das atividades na forma inicialmente pactuada (justificativa), as atividades executadas e as pendentes, bem como a projeção de execução ao longo do novo prazo solicitado.

Tal ofício será encaminhado pelo analista de execução para a equipe EC que seguirá com as medidas cabíveis para a decisão/instrumento para deliberação.



11.3.5 Prestação de Contas Programas e Projetos

11.3.5.1 Programas

No intuito de manter a transparência dos Programas de Arrecadação, serão emitidas prestações de contas parciais a cada 12 meses – a partir da respectiva vigência inicial do Programa – diretamente para a Fiocruz.

O relatório financeiro a ser utilizado será o padrão Fiotec-Fiocruz e contemplará sempre todos os recursos captados, eventuais despesas que esses Programas executem e demais informações contábeis/financeiras pertinentes.

11.3.5.2 AEP

No âmbito dos Acordos de Execução (AEP), as prestações de contas parciais serão emitidas a cada 6 meses – a partir da respectiva vigência inicial do Programa, ou sob demanda, com prazo mínimo de 10 dias úteis. Em ambos os casos será utilizado o relatório financeiro padrão Fiotec-Fiocruz contemplando todas as receitas e despesas do projeto – diretamente para a Fiocruz.

O coordenador do projeto também deverá produzir relatório técnico situacional a cada 6 meses e enviar à Fiotec que prestará contas ao financiador.

Como determina a Resolução Conjunta **CNJ/CNMP nº 10/2024**, se faz necessária a prestação de contas regular bem como a disponibilização desta prestação de contas em ambiente de livre acesso ao público. Os relatórios financeiros, portanto, serão disponibilizados, após a sua elaboração e validação e de acordo com a LGPD, no sítio <https://captacao.fiocruz.br/resultados/>.



Poderão ser emitidos relatórios apartados pontuais ou em periodicidade a ser estabelecida pelo MPT, desde que os recursos tenham sido armazenados em conta específica com suas respectivas despesas em PEPs (SAP) específicos.

Os protocolos de prestação de contas serão feitos de modo a atender as demandas casuísticas de cada projeto ou programa bem como atenderão qualquer necessidade advinda do MPT via notificação. Nas hipóteses de intimação encaminhada diretamente aos coordenadores dos projetos, eles assumem o compromisso de encaminhar a requisição aos responsáveis na Fiotec (analista) e Fiocruz (escritório de captação).

CAPÍTULO 12

I Orientação

sobre possíveis saldos financeiros remanescentes após finalização dos projetos apoiados pela **Fiotec**



12.1. SALDOS DE PROJETOS DE CONTRATAÇÃO DA FIOTEC DIRETAMENTE PELA FIOCRUZ

O mesmo deverá ser devolvido à Fiocruz pela Fiotec por meio de GRU conforme cláusula sexta da minuta contratual e em atendimento ao [Acórdão TCU 1616/2012](#) baseado no art. 56 da [Lei nº 4.320/1964](#) e o art. 2º do [Decreto nº 93.872/1986](#) (parágrafos 49 e 50 da instrução de fls. 96/163 do volume principal).

12.2. SALDOS DE PROJETOS COM ARRECADAÇÃO DIRETA DE RECURSOS PELA FIOTEC

Quando as metas de um projeto forem alcançadas, a prestação de contas final estiver aprovada e o agente financiador não exigir a devolução do saldo financeiro, o mesmo poderá ser usado uma única vez para financiar um novo projeto da mesma Unidade, por meio de novo projeto básico, memória de cálculo e ofício de indicação de Coordenador. No projeto básico deverá estar explicitado que se trata de utilização de saldo financeiro do projeto X e o acordo será formalizado conforme modelo do [Anexo 12](#) (Acordo de execução de projetos com saldo remanescente) posteriormente ao encerramento do projeto de origem.

Será permitida a prorrogação dos projetos aportados com saldo remanescente por apenas 1 ano. Em caso de sobra de recursos, estes serão revertidos ao Fundo de Inovação da Fiocruz.

CAPÍTULO 13

Disposições Gerais



Das disposições gerais

- É vedada a contratação da Fiotec para execução de atividades que são de responsabilidade da Fiocruz;
- As Unidades devem consultar, obrigatoriamente, o Sistema NIT/Gestec em todas as contratações, independente da modalidade, que envolvam questões de propriedade intelectual e transferência de tecnologia.
- Para todos os contratos internacionais, as Unidades devem indicar colaborador que tenha proficiência na língua do agente financiador tanto para as negociações quanto para a tradução para o português antes do envio à PF.
- É vedada a contratação de outras Fundações de Apoio para a gestão administrativa e financeira de projetos coordenados pela Fiocruz, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fiocruz registrada em ata dos dias 31 de outubro e 01 de novembro de 2016.
- É fundamental a observância ao princípio de segregação de funções conforme Art 12 § 1o Inciso IV do [Decreto 7.423/2010](#).

Art. 12. Na execução de contratos, convênios, acordos ou ajustes firmados nos termos da [Lei nº 8.958](#), de 1994, e deste Decreto, envolvendo a aplicação de recursos públicos, as fundações de apoio submeter-se-ão ao controle finalístico e de gestão do órgão colegiado superior da instituição apoiada.

§ 1o Na execução do controle finalístico e de gestão de que trata o caput, o órgão colegiado superior da instituição apoiada deverá:

IV - observar a segregação de funções e responsabilidades na gestão dos contratos, bem como de sua prestação de contas, de modo a evitar que a propositura, homologação, assinatura, coordenação e fiscalização do projeto se concentrem em um único servidor, em especial o seu coordenador.



Todos os modelos citados como anexos estão disponíveis para download.

[Clique aqui](#)

ANEXO 1

| Orientações fundamentais

para os **coordenadores**
de **contratos** com a
Fiotec



O coordenador do projeto será servidor ativo da Fiocruz indicado pelo diretor da Unidade com atribuições relacionadas ao planejamento da contratação e à execução do contrato.

Este anexo apresenta alguns pontos de atenção, mas recomendamos que coordenadores e equipe de apoio à coordenação de projetos realizem o minicurso autoinstrucional intitulado As singularidades na coordenação de contratos celebrados entre Instituições de Ciência e Tecnologia e Fundações de Apoio: arcabouço jurídico e pontos de atenção (acesse o curso).

1.1. ATRIBUIÇÕES NA FASE DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- Elaborar o projeto básico e memória de cálculo com todos seus elementos necessários e suficientes para caracterizar as atividades de apoio a serem realizadas, de modo a impedir a contratação da Fiotec para outros fins que não os relacionados ao escopo dos projetos de pesquisa, desenvolvimento científico, tecnológico, inovação, ensino, extensão ou desenvolvimento institucional, mediante aprovação do Diretor da Unidade.



Explicitar no Projeto Básico, quando se aplicar, a existência de informações classificadas em grau de sigilo com base na Lei de Acesso à Informação ([Lei nº 12.527/2011](#)), bem como as de "caráter sigiloso" com base em legislação específica: são aquelas informações protegidas por outras legislações, tais como os sigilos bancário, fiscal e industrial (para consulta clique aqui)

- Selecionar previamente, quando possível, a equipe que atuará no projeto e definir suas competências
- Cadastrar no Sage (Sistema de Apoio à Gestão Estratégica) da Unidade o projeto principal que será apoiado pela Fiotec, bem como garantir que a vigência do instrumento contratual com a Fiotec não ultrapasse (ou ultrapasse em no máximo dois meses, se necessário para ajustes financeiros) a vigência do projeto principal que será apoiado;
- Cadastrar o Projeto no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) no SIASG/Comprasnet. O sistema PGC é uma ferramenta eletrônica que consolida todas as contratações que o órgão ou entidade pretende realizar no exercício subsequente, acompanhadas dos respectivos estudos preliminares e gerenciamento de riscos. O código PGC deverá ser inserido no pedido de compras/RCO, sem este não é possível seguir com a Contratação.
- Cadastrar o Projeto nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP digital) no SIASG/Comprasnet. O ETP é o documento que integra a fase de planejamento das contratações públicas e tem o objetivo de demonstrar a real necessidade da contratação, analisar a viabilidade técnica de implementá-la, bem como instruir o arcabouço básico para a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico. O código do ETP deverá ser informado na publicação da Dispensa de Licitação, sem este não será possível seguir com a Contratação;
- Solicitar a proposta de execução de atividades de apoio junto à Fiotec, mediante aprovação do Diretor da Unidade.



1.2. ATRIBUIÇÕES NA FASE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- Autorizar despesas na Fiotec e/ou designar colaborador da equipe de coordenação do projeto para essa função e de acordo com as regras do Manual de Procedimentos de Projetos da Fiotec.



O coordenador, ao autorizar despesa pública, deverá obedecer a todas as prerrogativas legais sendo essencial seu conhecimento sobre as regras da administração pública que envolvem a execução de contratos com a Fiotec.

- Acompanhar a aquisição de material permanente (equipamento), quando se aplicar e, neste caso, quando do recebimento do material, encaminhar à Direção da Unidade para assinatura do Termo de Responsabilidade e Termo de Doação emitidos pela Fiotec, que providenciará a respectiva doação à Fiocruz que procederá com o patrimônio do bem;
- Utilizar os recursos em estrita obediência ao Projeto Básico; Em caso de necessidade, realizar alterações conforme [Item 5.4](#);



Em atenção ao Art.1º § 4o :

§ 4o É vedada a subcontratação total do objeto dos ajustes realizados pelas IFES e demais ICTs com as fundações de apoio, com base no disposto nesta Lei, bem como a subcontratação parcial que delegue a terceiros a execução do núcleo do objeto contratado. (Incluído pela [Lei nº 12.349](#), de 2010)

- Elaborar, dentro dos prazos firmados no respectivo instrumento, os relatórios técnicos parciais e final do projeto;
- Realizar a prestação de contas final da execução física conforme Item 5.6 e declarar, no final do relatório técnico que houve a correta e regular aplicação dos recursos do contrato, bem como que em sua execução foram adotados os princípios públicos que norteiam a aquisição de bens e serviços e que a comprovação dos documentos fiscais dos gastos incorridos no contrato encontram-se disponíveis para consulta nos arquivos da Fiotec;
- Deverá fazer parte do relatório técnico final a comprovação do registro do recebimento dos bens adquiridos à área de Patrimônio, quando couber. Na relação dos bens deverá constar a marca, o modelo, o número de série, o número de tombamento e o local onde o bem está alocado.



1.2.1 Pontos de atenção na contratação de bolsistas

- É responsabilidade do coordenador do projeto descrever objetiva e detalhadamente, no termo de concessão de bolsas, as atividades a serem desenvolvidas pelos bolsistas **de forma individualizada, com produtos mensuráveis e evidenciáveis, bem como monitorá-las**. Para tal, os bolsistas devem preencher os relatórios parciais diretamente no sistema da Fiotec. Todos os relatórios parciais de atividades dos bolsistas deverão ser aprovados pelo coordenador e ficarão sob guarda da Fiotec para futuras comprovações;
- Caso ocorra alteração nas atividades previstas inicialmente, o termo de concessão de bolsa deverá ser atualizado por meio de termo aditivo;
- A Fiocruz possui uma tabela de referência para os valores de bolsas disponível aqui. Caso o coordenador considere imprescindível o pagamento de um valor diferenciado, deverá justificar tal excepcionalidade por meio de ofício, enviar para avaliação e aprovação do Diretor da Unidade e posteriormente ao analista Fiotec.
- A concessão de bolsa a servidor ativo da Fiocruz, bem como os aditivos, é regulada pela [Portaria nº 151/2023](#), disponível no [Anexo 4](#).



É vedada a contratação de bolsista: (i) membro da direção da Fiotec; (ii) diretor da Unidade de desenvolvimento do projeto; (iii) fiscal do mesmo contrato.

É vedada a contratação de bolsista para desenvolver atividades de natureza rotineira e contínua da unidade.

1.2.2 Pontos de atenção na contratação de colaboradores autônomos

- O formulário Fiotec de solicitação de contratação de colaboradores autônomos passou a incluir um campo específico intitulado "justificativa do valor da contratação" que deverá ser realizada pelo coordenador de dois modos: (i) apresentar três propostas indicando a contratação pelo menor valor ou (ii) apresentar evidência de que o valor está adequado ao mercado por meio de consultas aos sites especializados na matéria. A Fiotec (RH) disponibilizará vários sites para consulta no novo portal do coordenador Fiotec. Mesmo que a informação seja sobre remuneração via CLT, já será um parâmetro.



É vedado coordenador estabelecer o valor sem justificar como chegou até ele.

- A relação entre colaborador autônomo e coordenador do projeto não pode ser de subordinação (para esses casos a contratação deverá ser via CLT). Trata-se de pagamento mediante entregas de produtos. Ou seja, a forma de contratação (contrato Fiotec x autônomo) vincular.



1.2.3 Pontos de atenção nas solicitações de reembolso

- Preencher adequadamente o formulário Fiotech de solicitação de reembolso o que inclui a justificativa que demonstre a excepcionalidade para as aquisições realizadas diretamente pelo coordenador do projeto, ou seja, o motivo pelo qual o serviço ou material não foi adquirido pelo fluxo normal de RCC sendo importante também incluir pesquisa de preço que comprove a aquisição por valor de mercado, bem como a apresentação das razões técnicas da escolha do fornecedor, quando couber.

1.2.4 Pontos de atenção na organização de eventos

- Preencher adequadamente o termo de referencia que é disponibilizado no manual de procedimentos da Fiotech; As empresas de organização de eventos são pré selecionadas pela Fiotech para maior agilidade nas cotações;
- Acompanhar as tratativas e forma de pagamento para reserva do espaço físico e consequencias de cancelamento ou mudança de data do evento.

ANEXO 2

Orientações fundamentais para os **fiscais** de **contratos** com a **Fiotec**



O fiscal deverá avaliar os produtos a serem apresentados ao final de cada etapa do projeto pelo coordenador com base em critérios técnicos, conforme definido no cronograma de desembolso, devidamente descritos e comprovados em relatórios parciais ([Anexo 5.4](#)). O relatório técnico apresentado pelo coordenador do projeto para atesto da nota fiscal emitida pela Fiotec deverá conter como anexo: (i) relação de pessoal alocado ao projeto; (ii) evidências das informações descritas no relatório.

Após avaliação, o fiscal deverá preencher e assinar o relatório de fiscalização conforme [Anexo 5.4.a](#).



O fiscal atua, simultaneamente, no monitoramento das atividades de apoio realizadas pela Fiotec (objeto do contrato) e no acompanhamento do projeto Fiocruz apoiado (motivação do contrato com a Fiotec) e para orientar sua atuação, A Escola Corporativa desenvolveu o minicurso autoinstrucional "**As singularidades na fiscalização de contratos celebrados entre Instituições de Ciência e Tecnologia e Fundações de Apoio: arcabouço jurídico e papel do fiscal**". [Acesse o curso](#).

2.1. PONTOS DE ATENÇÃO A SEREM OBSERVADOS NA FISCALIZAÇÃO



É vedada a utilização de recursos em finalidade diversa da prevista no projeto básico do contrato.

- A nota fiscal para pagamento, o relatório técnico parcial elaborado pelo coordenador e o extrato financeiro cumulativo de execução de despesas fazem referência ao processo correspondente ao projeto;
- Verificar se o relatório técnico está de acordo com as atividades propostas no cronograma de desembolso e se a nota fiscal foi emitida no valor correspondente ao respectivo relatório;
- Conferir se o Termo de Execução Descentralizada (TED) ou outro documento contratual que financia o projeto está vigente;
- Verificar se houve contratação de profissional autônomo e em caso positivo, se a referida contratação atendeu aos critérios da [Lei 8.745/93](#) em termos de essencialidade e temporalidade (art. 2º);
- Acompanhar a publicação no Portal de Acesso à Informação da Fiotec (acesse o site) os seguintes documentos e dados atualizados conforme [Lei 8.958/94](#), art. 4º-A: (i) contrato e aditivos relativos ao projeto; (ii) relatórios parciais semestrais de cumprimento do objeto; (iii) relação dos pagamentos efetuados a servidores ou agentes públicos de qualquer natureza em decorrência do referido contrato, indicando os valores executados, as atividades, as obras e os serviços realizados, discriminando o projeto; (iv) relação dos pagamentos de qualquer natureza efetuados a pessoas físicas e jurídicas em decorrência do referido contrato; e (v) a prestação de contas final;
- Zelar pela incorporação de Bens ao Patrimônio da Entidade.